

# Sumário

Número de notícias: 37 | Número de veículos: 23

BLOG FELIPE VIEIRA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS  
ANFIP

Pedido de vista adia fim do julgamento do voto de qualidade no Carf..... 4

OPINION JUS  
ANFIP

Carf: julgamento sobre fim do voto..... 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STF adia análise de regra pró-contribuinte..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Desoneração do diesel dá crédito por imposto não pago..... 8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Freio na importação..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STF está a um voto de validar novo critério de desempate no Carf..... 12

VALOR ONLINE  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Saiba quais teses as empresas já conseguiram reverter no Carf..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Open Finance substitui Open Banking..... 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
SEGURIDADE SOCIAL

Esquema de fraude dura 16 anos..... 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER  
SEGURIDADE SOCIAL

Ações pró-pobre de Bolsonaro minam candidatura de Lula..... 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Com dinheiro 'novo' sendo liberado, golpes avançam..... 20

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS começa a pagar aposentadorias e pensões referentes a março..... 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER  
SERVIDOR PÚBLICO

Cármem autoriza inquérito contra Ribeiro e manda PGR dizer se investiga Bolsonaro  
..... 22

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
SERVIDOR PÚBLICO

Regalia descabida e inoportuna (Editorial)..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - EU E FIM DE SEMANA  
SERVIDOR PÚBLICO

A campanha do medo e seus efeitos (Artigo).....	25
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Guedes afirma que redução do IPI chegará a 33%.....	26
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Com status atual das contas públicas, não tem como Brasil ter juros baixos.....	27
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Guedes: reforma tributária foi barrada por interesses.....	29
O GLOBO - RJ - POLÍTICA POLÍTICA	
Cerco jurídico e político.....	30
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS POLÍTICA	
Disputa com Senado trava indicações.....	31
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS POLÍTICA	
Pacheco marca sabatinas para o começo de abril.....	32
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
BC projeta mais inflação.....	33
CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS ECONOMIA	
Guedes promete privatizações, mas ninguém acredita - MERCADO S/A.....	34
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
ICMS será de até R\$ 1,006 por litro, mas cada estado poderá conceder desconto.....	36
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Gasolina cairá menos de R\$ 0,01 com isenção do álcool, diz especialista.....	38
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Auxílio menor poderá agravar pobreza infantil, afirma Unicef.....	40
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
BC vê alto risco de novo estouro da meta de inflação.....	42
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Dólar tem sétima queda seguida e fecha R\$ 4,83.....	45
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA ECONOMIA	
Um desafio às candidaturas presidenciais.....	46
O ESTADO DE S. PAULO - A FUNDO ECONOMIA	
Altos salários e regalias perduram na Petrobras.....	47
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	

O impacto da guerra - CELSO MING .....	51
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Folga no teto de gastos favorece benefício a juízes e procuradores .....	53
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Na contramão do que o serviço público precisa .....	54
O GLOBO - RJ - POLÍTICA ECONOMIA	
Datafolha: Lula segue à frente, mas Bolsonaro ganha espaço .....	55
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL ECONOMIA	
Economistas projetam taxa de desemprego de 11% no ano .....	56
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS ECONOMIA	
Preço médio de bilhete aéreo dá um salto de 19% .....	57
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Campos reforça plano de encerrar ciclo de alta da Selic em maio .....	58

# Pedido de vista adia fim do julgamento do voto de qualidade no Carf

O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou a conclusão do julgamento sobre a constitucionalidade da mudança legislativa que acabou com o voto de qualidade nos julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, órgão do Ministério da Economia responsável pelo julgamento de recursos de contribuintes que contestam a cobrança de **impostos** federais.

O placar da votação está em 5 votos a 1 a favor da lei e pela manutenção do fim do voto de qualidade. No entanto, o julgamento foi suspenso por um pedido de vista do ministro Nunes Marques. Não há data para a retomada da análise da questão.

A Corte realiza o julgamento conjunto de ações que contestam a legalidade de um trecho da Lei 13.988/2020. A norma acabou com a possibilidade do voto de minerva do presidente dos colegiados do **Carf** nos casos de empate nos julgamentos.

O dispositivo foi questionado pela Procuradoria-Geral da República (PGR), a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip)** e o PSB.

As turmas do **Carf** são compostas por um número par de integrantes, indicados pelo Ministério da Economia e por entidades que representam os contribuintes. Antes da mudança, em caso de empate na votação o presidente do colegiado, indicado pelo Fisco, proferia o voto de qualidade.

Com a nova lei, no caso de empate, o processo fica com resolução favorável ao contribuinte que está contestando a cobrança do imposto.

## Votos

O julgamento começou de forma virtual em abril do ano passado, quando o ex-ministro Marco Aurélio votou pela inconstitucionalidade do dispositivo. Em seguida, Luís Roberto Barroso votou a favor da medida, mas Alexandre de Moraes fez o segundo pedido de vista do julgamento.

Ao retomar a votação nesta quinta-feira, Moraes defendeu o fim do voto de qualidade. O ministro argumentou que a Constituição deu garantias aos contribuintes em relação a eventuais abusos e

distorções do Estado, formando um sistema protetivo ao pagador de **impostos**. Ele citou ainda que, em 2020, 96,8% das decisões do **Carf** foram unânimes.

Os ministros Edson Fachin, Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia também se manifestaram pelo fim do voto de qualidade. Em seguida, Nunes Marques pediu vista e o julgamento foi suspenso.

Edição: Fernando Fraga

Agência Brasil

## Notícias Relacionadas:

O DEBATE - SÃO LUÍS - MA

Pedido de vista adia fim do julgamento do voto de qualidade no **Carf**  
DIGA SALVADOR

Pedido de vista adia fim do julgamento do voto de qualidade no **Carf**

Site: <https://felipevieira.com.br/site/detalhes-noticia?id=221234>

# Carf: julgamento sobre fim do voto.

## OpinionJus

Pedido de vista do ministro Nunes Marques suspendeu o julgamento, pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), de três ações que questionam o fim do voto de qualidade para desempatar julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, ligado ao Ministério da Economia. A alteração legislativa é objeto de três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs 6399, 6403 e 6415).

O **Carf** é responsável pelo julgamento administrativo, em segunda instância, de recursos de contribuintes notificados pela fiscalização tributária na esfera federal. A mudança que levou ao fim o voto de desempate no conselho tornou o empate favorável ao contribuinte. A Lei 13.988/2020 se originou da Medida Provisória (MP) 899/2019, que tratava dos requisitos e das condições para a realização de transação resolutive de litígio entre a União e os devedores de créditos fiscais.

## Julgamento

As ADIs 6399, 6403 e 6415 foram propostas, respectivamente, pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e pela **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (**Anfip**).

O julgamento teve início no Plenário Virtual com o voto do relator, ministro Marco Aurélio (aposentado), pela inconstitucionalidade formal da alteração, por considerar que, durante a tramitação do projeto que originou a lei, foi inserido no texto previsão sem afinidade com o conteúdo original. Na ocasião, se superada a questão da formalidade da lei, o relator se manifestava pela manutenção da modificação legislativa.

O ministro Luís Roberto Barroso divergiu e votou pela validade formal da alteração e pela improcedência das ADIs, porém ressaltando a possibilidade de a Fazenda poder rediscutir, em juízo, esse crédito tributário.

Em relação ao procedimento legislativo, o ministro Alexandre de Moraes votou nesse mesmo sentido, afirmando que a alteração normativa no critério de desempate de julgamento não exige a iniciativa privativa do presidente da República, pois não altera a estrutura do órgão do executivo. Ele também avaliou

que não houve acréscimo de conteúdo estranho à matéria tratada na MP (o chamado "jabuti"), mas de assunto conexo?. Ele lembrou que o Supremo já se manifestou pela possibilidade constitucional de emendas parlamentares durante o processo legislativo de MPs, desde que haja pertinência temática entre os assuntos.

## Opção legislativa

Quanto ao aspecto material da lei, o ministro Alexandre de Moraes afirmou que a definição da forma de desempate no tribunal administrativo é opção legítima do legislador. Observou, contudo, que a Constituição prevê um sistema protetivo ao contribuinte em relação a eventuais abusos e distorções do Estado, o que torna mais razoável, a seu ver, que o empate seja a favor do contribuinte, e não do Fisco.

Para o ministro, não se pode afirmar que essa alteração vai prejudicar a Fazenda Pública, pois a maioria dos julgamentos, nos últimos anos, foram unânimes, o que mostra que o voto de qualidade é a exceção.

## Ressalva

O ministro Alexandre fez pequena ressalva em relação ao voto do ministro Roberto Barroso apenas para afastar a possibilidade de a Fazenda ajuizar ação visando a restabelecer o lançamento tributário em caso de empate.

Os ministros Edson Fachin e Ricardo Lewandowski e a ministra Cármen Lúcia acompanharam o ministro Alexandre de Moraes.

## SP/CR//CF

## Leia mais:

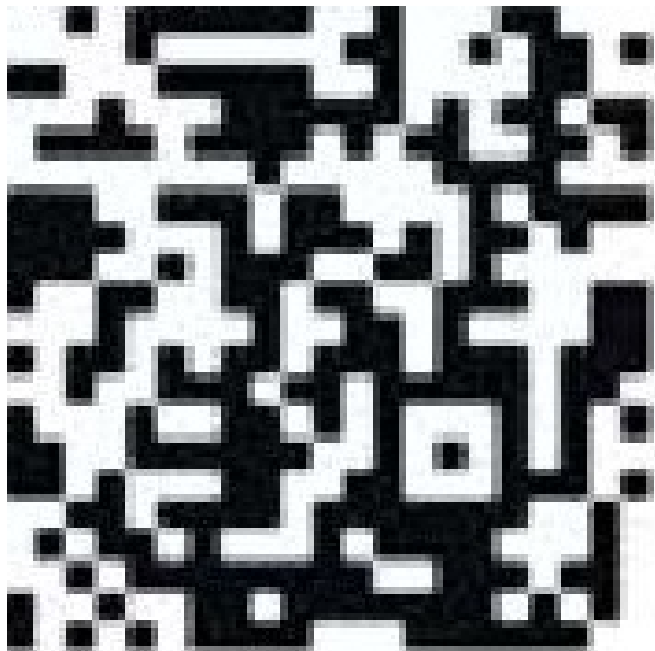
30/4/2020 - Ações questionam fim do voto de qualidade no **Carf**

12/5/2020 - Fim do voto de qualidade no **Carf** é questionado por auditores fiscais da **Receita Federal**

Fonte: STF

Site: <https://opinionjus.com.br/2022/03/25/carf-julgamento-sobre-fim-do-voto/>

# STF adia análise de regra pró-contribuinte



*“O Broadcast é uma excelente fonte de consulta para notícias que movimentam o mercado financeiro”*

Head de Sales Desk

**broadcast+**  
Informações confiáveis / decisões melhores

O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou ontem a conclusão do julgamento que avalia a constitucionalidade do voto de desempate pró-contribuinte no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, última instância para recorrer de autuações da **Receita Federal**.

Após o voto do ministro Alexandre de Moraes, que favorece quem paga imposto, o ministro Nunes Marques pediu vista (mais tempo para análise) e travou o julgamento.

Desde 2020, há uma regra no **Carf** que favorece os contribuintes.

Até então, a lei permitia ao presidente de cada turma do **Carf**, que é um funcionário da Fazenda Nacional, desempatar o julgamento. Quase sempre a vitória era da União.

Hoje, os ministros Edson Fachin, Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski, no entanto, anteciparam seus votos para também beneficiar quem paga imposto, pela constitucionalidade da nova regra. Anteriormente, Luís Roberto Barroso já havia votado para beneficiar o contribuinte.

Gilmar Mendes e Dias Toffoli preferiram aguardar o retorno do julgamento e não anteciparam os votos, mas indicaram que também votariam favoravelmente aos contribuintes.

PLACAR. No momento, está vencendo a tese de que, caso o julgamento administrativo no **Carf** dê empate, ele deve favorecer, obrigatoriamente, o contribuinte.

Barroso também segue esta tese, mas é o único que entende que, neste caso, a União pode recorrer da derrota administrativa ao Poder Judiciário - os demais ministros entenderam que não cabe à Justiça reanalisar o mérito das decisões administrativas.

O ex-ministro Marco Aurélio Mello, relator do processo, já havia votado pela inconstitucionalidade da nova lei quando o julgamento foi iniciado.

No entendimento do ex-ministro, a norma que instituiu o desempate favorável às empresas e às pessoas físicas é inconstitucional porque foi inserida como um "jabuti".

Dados do **Carf** indicam que, em 2021, 1,7% dos casos julgados foi decidido pela referida regra de empate favorável aos contribuintes.

JULGAMENTO. O voto de Alexandre de Moraes abriu o julgamento ontem. Para ele, a Constituição prevê uma série de mecanismos que protegem o contribuinte. Assim, não seria razoável favorecer a União caso o julgamento administrativo empatasse.

Seu entendimento foi seguido pelo ministro Ricardo Lewandowski, Edson Fachin e Cármen Lúcia. Após a manifestação de advogados, o ministro Nunes Marques travou o julgamento.

Para ele, a questão é complexa, demanda mais análise e precisa ser discutida com profundidade.

Para a advogada Nina Pencak, sócia do escritório Mannrich e Vasconcelos Advogados, os ministros demonstraram preocupação em demarcar a constitucionalidade da norma pró-contribuinte. "O resultado do julgamento se encaminha para a improcedência das ações, com a manutenção do critério de desempate pró-contribuinte", disse.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Desoneração do diesel dá crédito por imposto não pago



O ministro da Economia, Paulo Guedes, durante evento em São Paulo nesta quinta (24) Roberto Casimiro/Fotoarena/Agência O Globo

**Fábio Pupo e Idiana Tomazelli Brasília**

A lei que desonera **tributos** federais sobre diesel, biodiesel, gás de cozinha e querosene de aviação contém um risco para os cofres públicos ainda não calculado pelo governo e que deve fazer a perda de arrecadação superar os R\$ 16,6 bilhões divulgados pelo Ministério da Economia.

A redação da lei complementar 192, sancionada sem vetos pelo presidente Jair Bolsonaro, concede às empresas que compram combustíveis para seu próprio uso créditos tributários para abater valores de outros **impostos** devidos à **Receita Federal**, mesmo que não paguem nada de PIS e Cofins nessas operações devido à desoneração.

Ou seja, o texto não apenas zera PIS e Cofins sobre combustíveis como vai gerar um crédito tributário para quem compra os produtos. Por isso, o impacto fiscal deve ser maior do que o anunciado.

A medida vai beneficiar uma gama ampla de empresas, como transportadoras, empresas de ônibus ou aviação. Parte desses segmentos compõe a base de apoio do presidente e tem a simpatia de parlamentares no Congresso.

Segundo o divulgado pelo Ministério da Economia até o começo da semana, o corte de PIS e Cofins tira R\$ 14,9 bilhões dos cofres públicos neste ano. Há ainda um impacto de R\$ 1,66 bilhão que recairá sobre as contas de 2023, quando seriam recolhidos os **tributos** de fato gerados e em dezembro deste ano.

Com isso, a renúncia total da medida é estimada em

R\$ 16,6 bilhões -mas o valor considera só a redução a zero das alíquotas, sem levar em conta o uso dos créditos a serem gerados aos compradores.

A interpretação dos técnicos atualmente é que o mecanismo criado pela lei não faz sentido, já que o comprador final dos produtos não poderia ter direito a esses créditos -sobretudo se os **tributos** estão zerados.

O mecanismo, defendem, deveria ser restrito às empresas produtoras e revendedoras que fazem parte da cadeia dos combustíveis.

No caso dos produtores e revendedores, a legislação de PIS e Cofins autoriza a concessão de créditos mesmo com as alíquotas zeradas (de vido a uma lei de 2004). Mas, para os compradores finais, o benefício é uma novidade.

A lei que desonerou o PIS/ Cofins sobre os quatro combustíveis foi sancionada na noite de 11 de março, menos de 24 horas após a conclusão da votação do texto no Congresso. Após a aprovação no Senado, a proposta foi apreciada a jato na Câmara.

Bolsonaro tinha pressa em sancionar a lei porque, no dia anterior, a Petrobras havia anunciado um megacorte nos preços de gasolina, diesel e gás de cozinha. O corte de **tributos** seria uma forma de amenizar o impacto nas bombas e atenuar as consequências políticas no ano em que o presidente pretende buscar a reeleição.

Na sexta em que a lei foi sancionada, técnicos da Economia e do Palácio do Planalto correram para produzir as notas técnicas e os documentos necessários à sanção. Bolsonaro poderia ter vetado a lei integralmente ou alguns de seus trechos, mas a decisão foi pela sanção integral.

A construção do artigo que abriu a brecha dos créditos tributários, porém, dificultava um veto parcial. O dispositivo incluiu na mesma frase a desoneração de PIS/Cofins e o benefício aos compradores finais, inviabilizando a separação dos efeitos.

O trecho visto como problemático pelo governo foi incorporado pelo relator, senador Jean Paul Prates (PT-RN), pela primeira vez no parecer proferido no dia



9, véspera da votação no do Senado.

Via assessoria, o relator destacou que o texto é resultado da negociação com o Congresso e que foi o próprio governo que pediu a inclusão da desoneração na proposta.

"O Ministério da Economia teve diversas oportunidades de identificar problemas no texto, e vários outros trechos foram adequados em prol do acordo. O fato de o trecho não ter recebido veto sinaliza que o risco em questão não foi considerado relevante pelo próprio Executivo", disse Prates.

Questionados, tanto o Ministério da Economia quanto a **Receita Federal** não explicaram se o problema chegou a ser identificado antes da sanção e se houve recomendação de veto do artigo à Presidência da República.

Bianca Xavier, professora de direito tributário da FGV, afirma que a lei vai gerar um impacto duplo para os cofres públicos ao zerar os **tributos** e ainda criar créditos.

"Por uma analogia, é como se o governo estivesse zerando o IR e permitindo que as pessoas gerassem créditos por despesas médicas." Segundo ela, o trecho vai gerar um impacto significativo pela amplitude da aplicação. Na prática, o benefício poderá ser usado por empresas que não operam no ramo de combustíveis -mas que asam o produto em suas atividades.

O crédito não pode ser aplicado a pessoas físicas, pois somente empresas pagam PIS e Cofins. Também não pode ser usado por empresas de menor porte, que operam pelos sistemas simplificados do lucro presumido ou do Simples (que não geram créditos). Com isso, seria usado só por empresas maiores, que operam pelo chamado lucro real.

"É uma modificação relevante. Para toda empresa do lucro real, isso vai gerar um crédito interessante", afirma.

A brecha acendeu um alerta dentro da Economia, que discute a edição de uma MP (medida provisória) para corrigir o problema.

A equipe econômica pretende mudar o texto para definir um alcance mais restrito dos créditos, dizendo que eles são aplicados "às pessoas jurídicas produtoras ou revendedoras". Dessa maneira, a nova redação seguiria o que já é estabelecido por uma lei anterior (a 11.033, de 2004).

Em tese, uma lei complementar não pode ser

modificada por MP -mas a interpretação é que o instrumento pode ser usado nesse caso porque as alíquotas e os créditos de PIS/Cofins têm status de lei ordinária.

Além do impacto para os cofres públicos, ainda não calculado pelos técnicos, a avaliação é que a redação atual gera risco de disputas entre União e contribuintes e até derrotas do governo na Justiça.

O problema está no trecho que determina que, mesmo com PIS e Cofins zerados para esses combustíveis, fica "garantida às pessoas jurídicas da cadeia, incluído o adquirente final, a manutenção dos créditos vinculados".

Integrantes da pasta consideram que a redação pode fazer contribuintes exigirem a vantagem -o que pode levar a brigas entre Receita e pagadores de **impostos** e originar teses "criativas" na Justiça.

"A manutenção da atual redação do art. 9o poderá trazer insegurança jurídica a sua aplicação e levar à judicialização da questão do creditamento, baseado na interpretação de que o adquirente final do combustível, mesmo com as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins reduzidas a zero, poderia tomar crédito dessa aquisição", diz trecho de nota técnica elaborada pela Receita. "Essa hipótese não tem sentido, pois aquisições de produtos vendia os com alíquotas zero das contribuições não ensejam direito a créditos."

Entenda

Qual a perda de arrecadação calculada pela Economia com a lei sancionada?

O texto vai drenar R\$ 14,9 bi da União neste ano. Há ainda um impacto de R\$ 1,66 bi sobre as contas de 2023, quando seriam recolhidos os **tributos** gerados em dezembro. Com isso, a renúncia total foi estimada em R\$16,6 bi

Por que o impacto deve crescer?

Dados consideram só a redução a zero de PIS e Cofins, sem levar em conta o uso dos créditos que serão gerados aos compradores de combustíveis -algo inserido no texto às vésperas da votação no Congresso

O que a lei passa a permitir em relação aos créditos?

Ela concede às empresas que comprem combustíveis para seu próprio uso créditos tributários para abater valores de outros **impostos** devidos à Receita, mesmo que não paguem nenhum centavo de PIS e Cofins

nessas operações devido à desoneração. Na visão dos técnicos, esse mecanismo deveria ser restrito a produtores e revendedores de combustível - não a consumidores finais

Quem os créditos devem beneficiar?

Transportadoras, empresas de ônibus ou aviação, varejistas e fabricantes de bebidas

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>**

**60**

# Freio na importação

**MANOEL VENTURA, RAPHAELA RIBAS E BRUNO ROSA**  
*economia@oglobo.com.br* BRASÍLIA E RIO

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# STF está a um voto de validar novo critério de desempate no Carf

*Joice Bacelo Do Rio*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187173](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187173)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187173](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187173)

# Saiba quais teses as empresas já conseguiram reverter no Carf

**Joice Bacelo**

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2022/03/25/saiba-quais-teses-as-empresas-ja-conseguiram-reverter-no-carf.ghtml>

**Site:**

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2022/03/25/saiba-quais-teses-as-empresas-ja-conseguiram-reverter-no-carf.ghtml>

# Open Finance substitui Open Banking

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou nesta quinta-feira, 24, uma resolução que lança oficialmente o projeto Open Finance. A ação substituirá o Open Banking, que prevê o compartilhamento de dados e serviços relacionados a produtos bancários, para prever também informações sobre serviços de credenciamento, câmbio, investimentos, seguros e previdência.

Com essa migração, o CMN e o Banco Central (BC) vão atualizar o tratamento regulatório para essa nova nomenclatura na Resolução Conjunta nº 1, de 2020, e, posteriormente, nos demais normativos relacionados, na medida em que forem sendo alterados.

"Espera-se com isso facilitar a compreensão por parte do público em geral, visto que a profusão de terminologias (Open Banking e Open Finance) torna o entendimento da iniciativa mais complexo, podendo, inclusive, afetar, por parte dos clientes, a predisposição à utilização de produtos e serviços", informou o BC, em nota.

Além disso, a norma determina que o modelo de governança do Open Finance será definido pelo BC até 30 de junho.

"Considerando a experiência adquirida com a implementação da iniciativa até o momento, verificou-se a necessidade de explicitar algumas atribuições e deveres dessa estrutura para o monitoramento e a resolução de problemas decorrentes de descumprimentos pelas instituições de suas obrigações no âmbito do ecossistema do Open Finance", afirmou a autoridade monetária.

A norma que criou o Open Finance incorporou à regulamentação dispositivos voltados a garantir o funcionamento do ecossistema. Entre eles estão boas práticas de governança, como políticas de controles internos, gestão de riscos, auditoria, transparência e de comunicação.

Em outra decisão, o CMN alterou resolução para permitir que planos administrados por entidades fechadas de **previdência complementar** possam comprar diretamente títulos da dívida pública mobiliária federal. De acordo com nota do Ministério da Economia, isso foi feito para harmonizar as regras para esses planos com a regulação existente para as entidades abertas de **previdência complementar**.

As alterações também aperfeiçoaram o "custo-

benefício regulatório" com aprimoramentos operacionais à prestação de informações quanto à política de investimento dos fundos de previdência.

## Esquema de fraude dura 16 anos



**Darcianne Diogo**

Dezesseis anos depois de uma ação policial que

expôs a existência de uma organização criminosa voltada à fraude em concursos públicos no Distrito Federal, outra investigação da Polícia Civil (PCDF) revela que o esquema de venda de vagas em órgãos públicos continua. Apontado como o chefe do conchavo, o ex-servidor do Tribunal de Justiça (TJDFT) Helio Garcia Ortiz, preso em agosto de 2017, liderou golpes em certames do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), do Ministério Público da União (MPU), da Defensoria Pública da União (DPU) e do Ministério das Cidades. Na manhã de ontem, servidores dos respectivos órgãos foram alvos da oitava fase da operação Panoptes, desencadeada pela Delegacia de Repressão ao Crime Organizado (Draco).

Mais de 125 policiais civis, entre delegados, agentes e escrivães, cumpriram 25 mandados de busca e apreensão, sendo 21 no DF - Guará, Vicente Pires, Ceilândia, Gama, Asa Sul, Asa Norte, Brazlândia, Águas Claras, Sudoeste, Itapuã. Outros quatro ocorreram no Ceará, em Minas Gerais e em Goiás, onde alguns dos servidores se encontram lotados em órgãos federais. Durante as buscas, os policiais apreenderam documentos e equipamentos eletrônicos, que serão cruciais para a apuração.

As investigações indicam que os servidores alvos dessa 8ª fase da operação Panoptes teriam ingressado nos quadros das instituições em concursos promovidos entre 2015 e 2017. O custo para garantir um posto em órgão público era alto: os candidatos desembolsavam até R\$ 120 mil. Os valores pagos eram, em média, cerca de 20 vezes o salário que eles receberiam ao tomar posse, explica o delegado à frente do caso, Adriano Valente, chefe da Draco. Aqueles que pagavam pelas vagas preenchiam três ou quatro questões da prova, deixavam as outras perguntas sem respostas e entregavam a avaliação. Integrante da organização criminosa, um funcionário da banca infiltrado marcava o restante das respostas de acordo com o gabarito correto.

### Divisão

A quadrilha se dividia em núcleos e era comandada por Helio Ortiz, condenado a 14 anos, 5 meses e 22 dias de prisão pela Justiça do DF, por participação em um esquema ilegal de fraudes em concursos, incluindo os do **INSS**, Antaq, DPU e do Ministério das Cidades.

Segundo o delegado, os integrantes atuavam de forma

setorizada: havia os que executavam, os que coordenavam o esquema, incluindo Ortiz, e os que aliciavam os candidatos. "Esses membros da Máfia dos Concursos ficavam em porta de cursinhos e bibliotecas, prestando atenção em pessoas que estavam prestando concursos. Eles se aproximavam, começavam a conversar e, muitas das vezes, convenciam esses concurreiros a pagarem pela vaga", detalha Adriano Valente.

Desde o final de 2016, quando as investigações da operação Panoptes começaram, a Decor identificou mais de 100 candidatos que burlaram as regras e pagaram pela aprovação e uma vasta quantidade de fraudes nos mais diversos concursos públicos. "Tem previsão de aparecer mais órgãos, mais servidores pela mesma organização criminosa ou outras, pois identificamos mais grupos que atuam de forma semelhante", frisa o delegado Adriana Valente.

As três primeiras fases da operação Panoptes, deflagradas a partir de 2016, foram responsáveis pela prisão dos membros do grupo que executava as fraudes, entre eles um funcionário de banca examinadora, os quais foram condenados pela Justiça por integrar organização criminosa. As fases seguintes buscaram identificar e indiciar servidores que conseguiram ingressar no serviço público por meio de compra de vagas. Até o momento, foram investigados concursos das secretarias de Saúde e de Educação do DF, do Corpo de Bombeiros e do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse período, quase 70 pessoas, entre membros do grupo criminoso e servidores que compraram vagas foram indiciados. Os investigados nessa oitava etapa da ação policial, caso sejam indiciados, poderão responder pelos crimes de fraude ao certame de interesse público, organização criminosa, falsificação de documento público e corrupção ativa. "Embora a função primordial da Draco seja o trabalho de investigação depois que a fraude é cometida, temos atuado preventivamente. Alguns concursos, a gente acompanhou durante a realização das provas para evitar que as fraudes acontecessem", finaliza o delegado. Os aprovados por meio do esquema podem responder a um processo administrativo e ter o ato de nomeação anulado.

Temos atuado preventivamente.

Alguns concursos, a gente acompanhou durante a realização" Adriano Valente, chefe de Draco

Quem é Helio Ortiz?

Helio Ortiz é apontado como líder de esquemas dedicados à fraude de concursos públicos há décadas.

Natural de Cáceres (MT), ele acumula 10 passagens pela polícia. Enquadrado institucionalmente por improbidade administrativa, lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional. Após a deflagração da Operação Galileu, em 2005, Ortiz foi desligado do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do DF e dos Territórios (TJDFT), onde era servidor desde 4 de maio de 1984. Em 2017, Ortiz, o filho Bruno de Castro Garcia Ortiz, Johann Gutemberg dos Santos e Rafael Rodrigues da Silva Matias foram sentenciados pela participação em esquema ilegal de fraudes em concursos.

Em nota enviada ao Correio ontem, o advogado de Ortiz, Hélio Júnior, afirma que o acusado está cumprindo todas as determinações e penas judiciais impostas e que se compromete a comparecer a todas as intimações judiciais.

Destaca, ainda, que as acusações são antigas e que merecem uma análise com cautela e atenção. Por fim, ressalta que Ortiz cumpriu a maior parte da pena em regime fechado e semiaberto, e, no momento, encontrase em regime aberto.

Linha do tempo - Operação Panoptes

1º fase: deflagrada em agosto de 2017. Cumpriu mandados de prisão contra Helio Garcia Ortiz, o filho dele Bruno de Castro Garcia Ortiz, Johann Gutemberg dos Santos e Rafael Rodrigues da Silva Matias. Todos foram acusados de liderar e coordenar o esquema de fraude em concursos.

2º fase: deflagrada em outubro de 2017. Teve oito alvos, entre eles, o delegado aposentado da Polícia Civil e ex-coordenador da Polícia Legislativa da Câmara Legislativa Mário Gomes da Nóbrega, o ex-funcionário do Cebraspe Ricardo Silva e Antônio Filho.

3º fase: deflagrada em março de 2018. Prendeu temporariamente nove professores e técnicos em apoio administrativo da Secretaria de Educação.

4º fase: deflagrada em dezembro de 2018. Cumpriu 13 mandados de busca e apreensão em endereços relacionados a 10 suspeitos de fraudarem concurso para o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

5º fase: deflagrada em julho de 2020. Cumpriu quatro mandados de prisão, sendo uma preventiva e três temporárias, e três mandados de busca e apreensão. Os alvos foram um dos membros da organização criminosa responsável por aliciar candidatos, a irmã dele, um técnico judiciário do MPU e uma monitora da Secretaria de Educação.



6º fase: deflagrada em maio de 2021. Prendeu um militar do Corpo de Bombeiros suspeito de pagar R\$ 40 mil.

7º fase: deflagrada em maio de 2021. Cumriu sete mandados de prisão temporária e sete de busca e apreensão expedidos em desfavor de quatro servidores da Secretaria de Saúde e outros três suspeitos de envolvimento na trama criminosa.

# Ações pró-pobre de Bolsonaro minam candidatura de Lula



As medidas do governo Jair Bolsonaro (PL) para a camada mais pobre da população surtiram efeito e o presidente reduziu em oito pontos (de 40 para 32) sua desvantagem em relação a Luiz Inácio Lula da Silva no maior grupo de eleitores: os que ganham até dois salários mínimos e que representam 53% do eleitorado na amostra do Datafolha.

Embora a pesquisa Datafolha atual não seja diretamente comparável ao levantamento feito em dezembro por conter cenários diferentes (em que foram retirados alguns nomes na disputa e acrescentados outros, todos com pontuações quase irrelevantes), ela sinaliza como o eleitor mais pobre se comporta.

Entre a pesquisa de dezembro e agora, as intenções de voto em Bolsonaro nesse grupo, crucial para decidir a eleição, eram de 16% e são agora de 19%. Na contramão, as em Lula eram de 56% estão em 51% - ambas variações fora da margem de erro.

O movimento nesse estrato enorme de eleitores explica a brusca diminuição da vantagem de Lula sobre Bolsonaro entre as duas pesquisas (de novo, não totalmente comparáveis). Nas intenções de votos totais (todos os grupos), a liderança do petista sobre o presidente encurtou nove pontos, de 26 em dezembro para 17 pontos agora.

Entre as ações já adotadas pelo governo Bolsonaro ou em curso, o Auxílio Brasil é a mais potente. São quase R\$ 90 bilhões distribuídos no ano eleitoral a 18 milhões de pessoas vulneráveis e que estão entre as que ganham até dois salários mínimos (R\$ 2.424).

Elas receberão R\$ 400 mensalmente até dois meses após o segundo turno, quando o valor deve cair à metade -uma novidade em se tratando de programa de complementação de renda e que nunca foi adotada no Bolsa Família.

Ainda na base da pirâmide, o governo anunciou o abatimento de 92% no valor das dívidas do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) para estudantes inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

A estimativa é que mais de meio milhão de pessoas se beneficiem. Para as demais, haverá outros abatimentos, e as dívidas serão parceladas em até 150 vezes.

Em outra frente, pelo terceiro ano consecutivo o governo antecipou o 13o dos benefícios do **INSS** e permitirá saques de até R\$ 1.000 no FGTS, medida que pode injetar até R\$ 30 bilhões na economia. Há ainda cortes de **impostos** em milhares de produtos.

Para Alexandre Rands, economista e presidente da consultoria Datamétrica, do Recife, esse conjunto de medidas tende a continuar favorecendo Bolsonaro principalmente no Nordeste, segundo maior colégio eleitoral do país e onde há maior concentração de eleitores pobres.

"O impacto é muito grande no interior e nas periferias das grandes cidades. Não surpreenderá se Bolsonaro anunciar durante a campanha que, se eleito, manterá o Auxílio Brasil de R\$ 400", diz Rands.

Embora a maioria dos atuais governadores do Nordeste sejam favoráveis a Lula (em PE, BA, PI, MA, CE e RN), Rands ressalta que políticos nordestinos (deputados, prefeitos e vereadores) têm perfil conservador e governista, no sentido de dependerem de verbas federais.

"Se houver um estreitamento da diferença entre o presidente e Lula, não descartaria uma avalanche de

conversão pró Bolsonaro no Nordeste", afirma.

Para o diretor da FGV Social, Marcelo Neri, o formato "retrátil" escolhido por Bolsonaro para o Auxílio Brasil seria um "populismo versão 2.0" que promete resultados eleitorais.

"O governo está jogando tudo o que tem e inovando, no mau sentido. É como se estivesse distribuindo a velha cesta básica do clássico voto de cabresto, para deixar de dar o benefício após a campanha", diz Neri.

Nesse contexto, a maior crítica ao formato do Auxílio Brasil é que ele desmonta a lógica consolidada de programas sociais focalizados: dar mais a quem tem menos. "Os R\$ 400 distribuídos de modo igual acabam funcionando como um maravilhoso outdoor de campanha." Para especialistas em contas públicas, no entanto, são os cortes ou isenção de **impostos** adotados neste ano eleitoral que trazem maior risco para o futuro da economia e o próximo presidente.

Nesse sentido, Bolsonaro decretou corte linear de 25% na alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em fevereiro e nesta semana zerou o imposto de importação do etanol e de seis produtos da cesta básica (café, margarina, queijo, macarrão, açúcar e óleo de soja) até o fim do ano.

Aqui, novamente, o governo deixou de aplicar o princípio da focalização nos mais pobres, já que os mais ricos também poderão comprar automóveis e queijos pagando menos **impostos**. Essas e outras medidas em preparação podem ter custo aproximado de R\$ 50 bilhões para União, estados e municípios em 2022.

Daniel Couri, economista da IFI (Instituição Fiscal Independente), ligada ao Senado, lembra que, ao abrir mão de receitas em um ano eleitoral com perspectiva abaixo ou nenhum crescimento econômico, o país semeia um 2023 difícil para o equilíbrio das contas públicas.

"Muito do dinheiro sendo gasto agora pelo governo federal, assim como nos estados, é resultado da **inflação**, que faz a arrecadação subir à frente das despesas. Mas isso só funciona se a **inflação** for sempre crescente", afirma.

Couri lembra que o governo federal aprovou no Congresso a Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano com um déficit de R\$ 170 bilhões, sendo que o Ministério da Economia trabalha com projeção pouco superior a R\$ 70 bilhões (a da IFI é de R\$ 100 bilhões).

"Com isso, o governo ficou com margem grande para

adotar medidas no ano eleitoral. Como o teto de gastos limita o aumento da despesa, a saída tem sido fazer política fis-calexpansionistacomredução de receitas [de **impostos**]", diz.

Para Silvia Matos, coordenadora do boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da FGV, essas medidas tendem a gerar uma "ressaca" em 2023, com mais pressão sobre as contas públicas e a **inflação** futura. Pois, quando a tributação voltar, ela será reincorporada aos preços.

Ela avalia que, com tantas medidas de estímulo, o trabalho do Banco Central de subir a Selic para controlar a **inflação** equivale a "enxugar gelo". Por conta da escalada na taxa básica, o Brasil deve pagar cerca de R\$ 900 bilhões de juros neste ano, o dobro de 2021.

Mas Matos considera difícil que, num quadro de baixíssimo crescimento e **inflação** alta como o atual, essas medidas sustentem a renda dos brasileiros -e o súbito aumento da competitividade eleitoral de Bolsonaro.

"Uma coisa é um cenário de preços em alta com crescimento econômico. Outra, uma economia parada, em que a renda do trabalhador já teve queda muito forte, não reage e é corroída todos os meses pela **inflação** num ambiente de alto desemprego", afirma.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49860&anchor=6452698&pd=c81741770f3cb0a19825a891dd9a41af>

# Com dinheiro 'novo' sendo liberado, golpes avançam

**MARTHA IMENES** *martha.imenes@oglobo.com.br*

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# INSS começa a pagar aposentadorias e pensões referentes a março

## Por g1

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) dá início, nesta sexta-feira (25), aos pagamentos dos benefícios para aposentados e pensionistas referentes ao mês de março.

O calendário leva em conta o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço.

Nesta sexta-feira (25), recebem o benefício aposentados e pensionistas que recebem até 1 salário mínimo com Número de Identificação Social (NIS) final 1.

Veja abaixo o calendário:

Valores das contribuições ao **INSS** mudam a partir de fevereiro; entenda Benefícios do **INSS** acima do mínimo têm reajuste de 10,16%; teto sobe para R\$ 7.087,22. Veja calendário de benefícios Prova de vida do **INSS** tem novas regras; veja tira dúvidas

Atualmente, são mais de 36 milhões de pessoas com direitos a benefícios do **INSS** no país - mais de 60% recebem um salário mínimo.

Para quem ganha o benefício no valor do salário mínimo, o piso nacional passou para R\$ 1.212 desde 1º de janeiro. Por lei, aposentadorias, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão por morte pagas pelo **INSS** não podem ser inferiores a 1 salário mínimo.

Já os aposentados e pensionistas que recebem benefícios acima do salário mínimo tiveram reajuste de 10,16% na remuneração - o teto dos benefícios do **INSS** passou de R\$ 6.433,57 para R\$ 7.087,22.

Como consultar benefícios

Uma maneira simples de fazer a consulta dos benefícios do **INSS** é através da central de atendimento por telefone, no número 135. Ao ligar, informe o número do CPF e confirme algumas informações cadastrais, de forma a evitar fraudes. O atendimento está disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h; O segurado pode acessar o site Meu **INSS**, que reúne diversos serviços digitais do **INSS**. Após fazer o login, na tela inicial, clique no serviço de

Extrato de Pagamento e você terá acesso ao seu extrato e todos os detalhes sobre o pagamento do benefício; A consulta do benefício também pode ser feita pelo aplicativo Meu **INSS**, disponível para Android e iOS. Assim como no acesso pelo site, de início, é necessário fazer o login, e então, todos os serviços disponíveis e histórico das informações do beneficiário serão listados.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/03/25/inss-comeca-a-pagar-aposentadorias-e-pensoes-referentes-a-marco.ghtml>

# Cármen autoriza inquérito contra Ribeiro e manda PGR dizer se investiga Bolsonaro

A ministra Cármen Lúcia, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou nesta quinta-feira (24) a abertura de inquérito criminal sobre o ministro Milton Ribeiro, da Educação, e deu 15 dias para a PGR (Procuradoria-Geral da República) informar se também investigará o presidente Jair Bolsonaro (PL).

A investigação contra o ministro ocorre a pedido do procurador-geral da República, Augusto Aras. A Procuradoria irá apurar suspeitas de corrupção passiva, tráfico de influência, prevaricação e advocacia administrativa.

Ao autorizar a abertura de investigação, a ministra disse que "a gravidade do quadro descrito é inconteste e não poderia deixar de ser objeto de investigação imediata, aprofundada e elucidativa sobre os fatos".

"Nos autos se dá notícia de fatos gravíssimos e agressivos à cidadania e à integridade das instituições republicanas que parecem configurar práticas delituosas." Cármen Lúcia deu prazo de máximo de 30 dias improrrogáveis para o inquérito, "salvo o caso de motivação específica e suficiente".

O pedido de Aras foi feito depois de a Folha revelar áudio em que Ribeiro afirma que o governo prioriza prefeituras cujos pedidos de liberação de verba foram negociados pelos pastores que não têm cargo e atuam em um esquema informal de obtenção de verbas do MEC.

Esses pastores, Gilmar Santos e Arilton Moura, também são alvos do inquérito.

Em outro despacho, Cármen Lúcia afirmou que os fatos imputados ao ministro estão "intimamente conexos com a sua própria fala sobre a eventual participação de Jair Messias Bolsonaro, Presidente da República".

"Assim, pela gravidade dos fatos subjacentes ao que expresso pelo ministro de Estado e que levaram o procurador-geral da República a pedir a esse Supremo Tribunal Federal abertura de inquérito para averiguar a veracidade, os contornos fáticos das práticas e suas consequências jurídicas, tem-se por imprescindível a investigação conjunta de todos os envolvidos e não somente do ministro". A ministra, então, dá um prazo de 15 dias para que a PGR se manifeste sobre a

possibilidade de investigar Bolsonaro.

No pedido de investigação sobre Ribeiro, Aras solicitou que sejam ouvidos em depoimentos o ministro, os dois pastores e prefeitos que teriam sido beneficiados com verbas do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

Pede ainda que o Ministério da Educação e a Controladoria-Geral da União esclareçam o cronograma de liberação de verbas do FNDE e os critérios adotados.

Ambos os pedidos foram atendidos por Cármen Lúcia. Ela deu o prazo de 15 dias para que esses esclarecimentos sejam apresentados.

A ministra, no entanto, negou pedido para que polícia faça a análise das circunstâncias da produção do áudio veiculado com as declarações de Milton Ribeiro.

Segundo ela, é "impertinente ao objeto da presente investigação e sem vinculação jurídica com as práticas apontadas como delituosas que teriam sido cometidas pelo investigado".

O pedido de inquérito foi enviado na quarta (23) para o presidente do STF, ministro Luiz Fux, mas ficou sob responsabilidade de Cármen Lúcia, que é responsável por outros pedidos feitos por parlamentares contra o ministro da Educação.

Boto a cara no fogo pelo Milton Ribeiro, diz Bolsonaro  
Ricardo Delia Coletta  
Em meio a denúncias de que pastores sem cargo público negociaram transferências de recursos no MEC (Ministério da Educação), o presidente Jair Bolsonaro (PL) defendeu nesta quinta (24) o ministro da pasta, Milton Ribeiro, e disse que "bota a cara no fogo" pelo auxiliar.

"O Milton, coisa rara de eu falar aqui: euboto minha cara toda no fogo pelo Milton. Estão fazendo uma covardia contra ele", disse Bolsonaro, durante sua live semanal.

Na transmissão, Bolsonaro disse que Ribeiro oficiou a CGU (Controladoria-Geral da União), ainda no ano passado, denúncias de supostas irregularidades no MEC. O caso, ainda de acordo com Bolsonaro, passou para a alçada da Polícia Federal por não envolver **servidores públicos**.

" [A CGU] resolveu no dia 3 de março agora encaminhar essas peças para a Polícia Federal. E aqui tem a data, anteontem, acho que no dia da divulgação do caso, foi mandado para a Polícia Federal. Por que não tem corrupção no meu governo? A gente age dessa maneira, a gente está um passo à frente", justificou o presidente.

Bolsonaro disse ainda que o ministro "tomou as providências" em relação ao caso.

Na quarta-feira (23), Ribeiro afirmou que levou denúncia à CGU, em agosto passado, a respeito de uma suposta atuação indevida de pastores. Depois disso, no entanto, o ministro ainda encontrou os pastores ao menos cinco vezes.

Já a Controladoria diz ter recebido duas denúncias do Ministério da Educação no ano passado a respeito dos pastores que não têm cargo e atuam em um esquema informal de obtenção de verbas do MEC. Segundo nota da pasta, ao final dos trabalhos de apuração, não foram encontradas irregularidades na atuação de agentes públicos, mas sim na de "terceiros".

Na live, Bolsonaro também defendeu seu auxiliar por ter recebido os pastores mesmo depois de encaminhar à CGU suspeitas de irregularidades. "Recebeu, no meu entender, não vou botar palavra dele, para não atrapalhar a investigação."

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49860&anchor=6452698&pd=c81741770f3cb0a19825a891dd9a41af>**

# Regalia descabida e inoportuna (Editorial)

Com apoio explícito do governo do presidente Jair Bolsonaro, um grupo de parlamentares atua para fazer avançar no Congresso a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63/2013, que ressuscita a excrescência do quinquênio, espécie de bônus, equivalente a 5% do salário, que era pago a certas categorias do serviço público a cada cinco anos. Em boa hora, a regalia foi extinta para os servidores do Poder Executivo em 1999 e para os servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público em 2005.

Os congressistas não deveriam nem sequer aceitar discutir esse tipo de privilégio mesmo que o País estivesse vivendo na abundância. Como os brasileiros comuns, pagadores de **impostos**, estão lutando contra a **inflação**, o desemprego e, em alguns casos, a fome, é um acinte que tal proposta tramite, e com apoio do governo. As atenções dos parlamentares, como de resto de todo o Poder Público, deveriam estar voltadas a projetos que tornem menos aflitiva a vida de todos os brasileiros, não só a de uma casta de funcionários públicos.

O que se vê, no entanto, é uma ação diametralmente oposta no Congresso.

Senadores apresentaram ao menos quatro emendas ao texto da PEC 63 com o objetivo de estender o pagamento do quinquênio a todas as categorias do serviço público, e não apenas a juízes e promotores, como previsto no texto original. "Se aprovada a PEC 63, é importante reconhecer que os problemas que a proposta visa a corrigir não são exclusivos da magistratura e do Ministério Público, mas atingem todo o funcionalismo", afirmou o senador Alessandro Vieira (PSDB-SE). Já a senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) defendeu a extensão do quinquênio aos defensores públicos porque, em suas palavras, "não há como pensar a tríade sistêmica da Justiça sem a presença da Defensoria Pública assim como não se pode admitir o alijamento de tão cara instituição da PEC 63 por inegável violação à simetria constitucionalmente estabelecida aos membros de tais carreiras".

Ao longo dos últimos anos, associações de juízes e promotores exerceram forte lobby sobre parlamentares para que o quinquênio voltasse a ser pago, malgrado já figurarem no topo da elite do funcionalismo por seus altos salários e penduricalhos de toda sorte, que não raro fazem seus vencimentos extrapolarem o teto constitucional correspondente ao salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), hoje fixado em R\$

39,3 mil mensais. De forma marota, o quinquênio é chamado de "parcela indenizatória de valorização por tempo de serviço" justamente porque a palavra "indenizatória" se presta a caracterizar um pagamento que não estaria sujeito ao abate-teto, embora, na prática, represente um aumento de salário.

Do ponto de vista do governo, há interesse no avanço da PEC 63 como uma forma de conceder benesses a segmentos do serviço público sem violar a lei eleitoral no ano em que Bolsonaro tentará a reeleição. A reportagem do Estadão apurou ainda que o governo espera que, caso seja aprovada, a volta do quinquênio reduza a pressão sobre Bolsonaro por reajustes pontuais nos salários do funcionalismo. Quando anunciou a concessão de aumento para agentes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Penitenciário Nacional, em fevereiro, o presidente provocou uma reação tão forte de outras categorias que chegou a pedir a "compreensão" dos servidores e dizer que iria "salvá-los mais à frente".

Já para os que se beneficiariam com a volta do quinquênio, nunca houve momento mais propício para retomar uma PEC que dormitava no Congresso havia mais de oito anos. Não é todo dia que se juntam um presidente fraco e um Legislativo forte, tradicionalmente sensível às demandas dos **servidores públicos**.

Discutir a volta do quinquênio avilta o bom senso, o espírito público e a própria ideia de República. A PEC 63 nem remotamente se aproxima das necessidades mais prementes dos brasileiros.

Ao contrário, tem o efeito de desviar esforços e, sobretudo, recursos financeiros necessários ao enfrentamento de problemas muito mais sérios do que a remuneração do funcionalismo.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# A campanha do medo e seus efeitos (Artigo)

**Fernando Luiz Abrucio**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187173?page=36&section=7](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187173?page=36&section=7)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187173?page=36&section=7](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187173?page=36&section=7)

# Guedes afirma que redução do IPI chegará a 33%

*Marsílea Gombata e Marcelo Osakabe De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187173](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187173)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187173](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187173)

# Com status atual das contas públicas, não tem como Brasil ter juros baixos

**\*\* Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do UOL**

Recentemente, o Banco Central (BC) elevou a taxa de juros mais uma vez em um ponto percentual, chegando a 11,75% ao ano. Na Ata do Comitê de Política Monetária do Copom publicada no dia 22 de março, a instituição enumera uma série de razões para essa decisão, mas, em particular, um trecho do documento, que replico abaixo, chama muita atenção.

A incerteza em relação ao futuro do arcabouço fiscal atual resulta em elevação dos prêmios de risco e eleva o risco de desancoragem das expectativas de **inflação**. Isso implica atribuir maior probabilidade para cenários alternativos que considerem taxas neutras de juros mais elevadas.

De uma maneira muito simplificada, a taxa de juros neutra é aquela que, pressupondo uma situação de pleno emprego, não afeta o ritmo de **inflação** e de crescimento correntes. Ela é, no fundo, um parâmetro para se tomar decisões de política monetária.

Assim, se a **inflação** estiver acima da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), o BC deverá subir a taxa de juros Selic vigente acima da neutra para trazer a **inflação** para o centro da meta definida. Ato contínuo, se a **inflação** estiver abaixo da meta (fato raro no Brasil), a taxa Selic deverá cair, estimulando a economia e fazendo com que a **inflação** suba.

A grande dificuldade que se tem nesse processo é identificar qual seria a taxa de juros neutra a cada momento e qual a calibragem correta da taxa Selic (acima da neutra) para levar a **inflação** para a meta no horizonte definido pela autoridade monetária.

No caso do trecho que extraí da Ata do Copom, o Banco Central tem enfatizado um aspecto fundamental com relação a um dos determinantes da taxa neutra: a incerteza sobre as finanças públicas. E não é para menos.

Desde a crise de 2008, com raros momentos de sanidade fiscal, os reiterados governos têm adotado uma política de elevação dos gastos públicos crescentes que culminaram em constantes déficits primários e retorno do crescimento da dívida pública a

partir de 2014.

A Dívida Bruta do Governo Geral (abrangendo as três esferas de governo, menos BC e empresas estatais), que estava em 51,3% do PIB em dezembro de 2011, passou para 69,3% quando do impeachment da Presidente Dilma, saltou para 89% durante a pandemia e se reduziu para algo em torno de 80% em dezembro de 2021.

Note-se, entretanto, que essa redução no final de 2021 deriva em grande medida do imposto inflacionário, que nada mais é do que ganho obtido pelo governo ao emitir mais dinheiro para financiar seus gastos. Apenas para se ter uma ideia, a base monetária cresceu mais de 40% durante a pandemia.

Com o aumento da quantidade de moeda em circulação, cria-se um processo inflacionário, com perda de poder aquisitivo da população. Mas, em contrapartida, como os preços se elevam, o Governo Federal, estados e municípios arrecadam mais. Assim, se os gastos públicos não aumentarem na mesma proporção, revertem-se eventuais déficits existentes até então.

E foi exatamente isso que aconteceu com os estados e municípios, que apresentaram superávits no último ano. Já o Governo Federal, que teve que incorrer em elevados gastos com a pandemia, continuou a apresentar déficit.

De toda forma, este processo nunca é sustentável, uma vez que a sociedade e, principalmente, as corporações de funcionários públicos, acabam pressionando pela reposição das perdas incorridas com o imposto inflacionário.

Apenas a título ilustrativo, neste ano eleitoral, mais de 20 estados já aumentaram os salários dos funcionários públicos ou encaminharam projetos às assembleias legislativas. E se olharmos a programação de criação de gastos correntes do Governo Federal, a situação é menos alentadora ainda.

É neste contexto que o Banco Central tem alertado para o fato de que, se nada for feito de concreto, criaremos um ciclo crescente de déficits e **inflação**, que acabará por gerar uma trajetória da dívida pública insustentável.

E se isso ocorrer, os prêmios de risco para financiar a dívida do governo se elevarão e a taxa de juros neutra se tornará cada vez mais alta, obrigando a um constante aumento da taxa Selic. Ato contínuo, os investimentos privados cairão, a economia não se recuperará e o desemprego continuará elevado.

Tenho insistido nesta coluna que a única forma de resolvermos esse problema é por meio das chamadas reformas estruturais (administrativa, tributária e continuação da reforma da previdência) e da implementação de um amplo processo de privatizações e concessões.

Só assim o país conseguirá racionalizar os gastos públicos, elevar o nível de eficiência na economia (no setor público e privado) e aumentar de maneira consistente o nível de arrecadação do governo. O grande problema é que nenhum dos dois candidatos à presidência líderes nas pesquisas parece estar preocupado com isso.

Bolsonaro boicotou sua própria reforma da previdência, mandou uma **reforma tributária** capenga para o Congresso e enviou uma administrativa que é extremamente corporativista e não atinge o cerne da questão. Pior ainda foi ter levado o Centrão para dentro do governo, estimulando o fim do Teto dos Gastos e rasgando a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Lula, por sua vez, não propõe coisas muito distintas. Temos ouvido nítidas declarações de que é contrário ao Teto dos Gastos e que vai gastar o que for preciso, na esperança de recuperar a economia, em uma lógica falaciosa de que isso gerará mais arrecadação no futuro.

A verdade é que, no Brasil, uma boa parte dos gastos públicos é regressivo e ineficiente, não gerando um retorno social razoável e muito menos implicando aumentos na arrecadação do Estado mais do que proporcionais aos gastos incorridos. E isso quando não se dissipam no meio de tanta corrupção, como nos casos Mensalão e Lava Jato .

Nossa história, inclusive durante os governos petistas, é clara em mostrar quão errado está Lula. A grande questão é sabermos se queremos continuar nessa trajetória econômica suicida.

**Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/cleveland-prates/2022/03/25/com-status-atual-das-contas-publicas-nao-tem-como-brasil-ter-juros-baixos.htm>**

# Guedes: reforma tributária foi barrada por interesses



Na avaliação de Guedes a tributação sobre os lucros no Brasil é baixa  
Brasília - O ministro da Economia, Paulo Guedes, declarou ontem que a aprovação da **reforma tributária** no Senado não aconteceu em razão de "interesses" dos senadores. Guedes ainda classificou a não aprovação do texto como "pouca inteligência" dos parlamentares aliados ao governo de Jair Bolsonaro (PL).

"A proposta foi bloqueada no Senado por interesses.

Amigos nossos em um ato - que eu achei de pouca inteligência - bloquearam a reforma no Senado. Achei de pouca inteligência porque nós tributávamos muito moderadamente lucros e dividendos.

Só 15% quando o mundo inteiro é 30%", disse em participação no congresso da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc).

Guedes afirmou que a não aprovação pode deixar a votação da proposta para um próximo governo e culminar na alta dos **tributos** já previsto no texto.

"Agora não aprovamos, não aproveitamos a oportunidade de posicionamento, rolamos isso para um próximo governo e um próximo governo pode pensar diferente, mesmo se formos nós. De repente, [a taxa de **tributos**] vai ser um pouco maior para castigar", comentou.

Apesar da possibilidade de a votação dos textos passar para o próximo governo, Guedes comentou que ainda conta com o apoio dos presidentes da

Câmara e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e Arthur Lira (PP-AL), respectivamente, para a reforma passar. Ele também disse que a tributação de lucros e dividendos pode ultrapassar os 30% caso o "outro lado" ganhe a eleição no pleito deste ano.

"Eu sei que o outro lado ganhasse, que eu acredito que não vai ganhar, vai não ser progressiva, vai ser 30 e tantos porcentos [a taxa de **tributos**] quando poderia ser a metade. Então, não achei um ato inteligente, ainda há tempo, o presidente da Câmara e Senado disseram que vão quebrar o paradigma que em ano de eleição não se faz reforma. Eles dizem que farão. Eu tenho toda razão neles porque eles têm tentado nos ajudar na aprovação dos nossos projetos." Paralisação - Ambas as propostas da **reforma tributária** e administrativa estão paradas no Congresso. No caso da proposta tributária, há mais de um projeto concorrente, que ainda estão nas comissões tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado.

Dentre as resistências declaradas à reforma, há a do setor de serviços, sob o temor de aumento da carga tributária.

A proposta também não é consenso entre governadores, a exemplo daqueles das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A PEC em discussão propõe simplificação tributária sobre o consumo em dois **tributos** de valor agregado, um nacional - a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a partir da unificação do IPI, Cofins, e Cofins-Importação, PIS e Cide-Combustíveis -, e um subnacional - o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), reunindo o ICMS e o ISS.

(Folhapress)

# Cerco jurídico e político

**BRUNO GÓES, AGUIRRE TALENTO, ANDRÉ DE SOUZA  
E MARIANA MUNIZ *politica@oglobo.com.br* BRASÍLIA**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# Disputa com Senado trava indicações

**LORENNA RODRIGUES**

A disputa entre senadores e o governo trava ao menos 60 indicações do presidente Jair Bolsonaro para cargos em agências, órgãos e embaixadas.

Responsável por aprovar os escolhidos, o Senado bloqueia 46 indicados. Além deles, segundo o Estadão/ Broadcast apurou, pelo menos mais 14 nomes já foram escolhidos e estão na Casa Civil para serem enviados ao Congresso. O impasse tem dificultado o trabalho de órgãos como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), o Banco Central e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Chamadas de "pacotão" no Planalto, as indicações não avançam porque há atrito entre "padrinhos", incluindo senadores, ministros, integrantes do Centrão e o entorno do presidente. A divisão do "latifúndio" de cargos só deve ser resolvida após a **reforma ministerial**, no início de abril, e dependerá das escolhas de Bolsonaro para substituir os ministros que deixarão a Esplanada até o dia 2 para concorrer às eleições.

O Senado quer indicar integrantes para as pastas.

De acordo com fontes, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), segura indicações há mais de um ano porque quer "dividir o bolo" de uma vez, para atender de forma "equilibrada" as alas que têm interesses nos cargos. O ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, também defende, segundo apurou a reportagem, a negociação em bloco. Procurados, eles não se manifestaram.

Pacheco, que tenta consolidar apoio para ser reeleito no comando do Congresso, em fevereiro de 2023, é pressionado por senadores a cobrar do Planalto a troca de pessoas já indicadas. Há polêmicas em torno de nomes para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o Cade, entre outros.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Pacheco marca sabatinas para o começo de abril

Após sucessivos movimentos para adiar a deliberação, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), convocou a votação de um pacote de sabatinas e votações para a semana entre 4 e 8 de abril, após o prazo para troca de ministros do governo que disputarão as eleições de outubro, que acaba em 2 de abril. Antes de serem nomeados, os ocupantes de diretorias e conselheiros de órgãos reguladores passam por sabatina em comissões do Senado e têm de ser aprovados pelo plenário da Casa.

A avaliação no Congresso é de que a análise das agências dependerá do resultado da **reforma ministerial** - se o Senado não for atendido, a apreciação de nomes pode ser adiada novamente. No Congresso, parlamentares pressionam pela liberação de verbas federais no período pré-eleitoral.

O entendimento é de que, se os ministérios forem ocupados por senadores ou apadrinhados políticos, haveria um "ambiente melhor" para a distribuição dos recursos.

A interlocutores, Pacheco admitiu a possibilidade de algumas indicações ficarem para depois ou serem substituídas pelo Executivo.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# BC projeta mais inflação



Fernanda Strickland/Michelle Portela

O Banco Central promoveu ajustes em suas projeções para o mercado de crédito em 2022 e reduziu as previsões de crescimento, diante de um temor de juros cada vez mais elevados. A instituição alterou, no Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI), a estimativa de **inflação** para o ano de 2022, calculada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de 4,7% para 7,1%. A projeção para o saldo total de crédito este ano foi alterada de 9,4% para 8,9%.

O relatório deixou a janela aberta para novas previsões caso o cenário de pressão inflacionária permaneça. De acordo com o presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, entre os principais fatores para possíveis novas altas estão o preço das commodities em dólar e os recursos energéticos.

"O Comitê de Política Monetária (Copom) avalia que o momento exige serenidade para avaliação da extensão e duração dos atuais choques. Caso esses se provem mais persistentes ou maiores que o antecipado, o Comitê estará pronto para ajustar o tamanho do ciclo de aperto monetário", explicou Campos Neto.

Entre os fatores que influenciam a alta da **inflação** e estimulam as incertezas num cenário futuro estão a pressão sob a **inflação** do "custo" da guerra entre Rússia e Ucrânia, que completou 30 dias ontem.

## Energia elétrica

Nesse contexto, o Banco Central destacou a bandeira de energia elétrica como fator decisivo para a **inflação** nos próximos meses. "O ambiente se deteriorou substancialmente", reconheceu o presidente da autoridade monetária. "Em particular, o choque de

oferta decorrente do conflito tem o potencial de exacerbar as pressões inflacionárias, que já vinham se acumulando tanto em economias emergentes quanto avançadas. A maioria das commodities teve avanços relevantes em seus preços, em particular as energéticas", avaliou Campos Neto.

Desde o ano passado, a conta de luz tem castigado o bolso do brasileiro, com a cobrança da "supertarifa" em razão da crise hídrica. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o valor da taxa extra é de R\$ 14,20 pelo consumo de 100 kWh, válido desde 1º de setembro de 2021 até 30 de abril de 2022. Antes dela, o valor cobrado era de R\$ 9,492.

Entre especialistas, há dúvidas sobre o impacto positivo do fim da medida. Segundo Renato Queiroz, pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e conselheiro do Instituto Ilumina, a retirada da bandeira de escassez hídrica deve ter efeito limitado no orçamento do consumidor.

"No ano que passou, houve uma seca maior. Aí, eles notaram que a bandeira vermelha - o último patamar - não ia ser suficiente. Criaram então uma bandeira de escassez, que encareceu a conta", lembrou o especialista. "Já se sabia que as distribuidoras teriam mais deficit, tanto é que já há outros aumentos. Vamos deixar uma bandeira tarifária de escassez hídrica para ter um aumento maior", comparou. Atualmente, o governo justifica a taxa pela falta de água nos reservatórios. Na quarta-feira, o Subsistema Sudeste e Centro-Oeste operava em 62,39% da capacidade e o Subsistema Sul, com 36,43%.

## Crédito

O Banco Central (BC) também promoveu ajustes em suas projeções para o mercado de crédito em 2022, de acordo com o RTI. A instituição alterou sua projeção para o saldo total de crédito este ano de 9,4% para 8,9%. Dentro do crédito total, a projeção do saldo de operações com pessoas físicas passou de 11,7% para 11,2%. No caso das empresas, a expectativa foi de 6,3% para 5,7%.

# Guedes promete privatizações, mas ninguém acredita - MERCADO S/A



**AMAURI SEGALLA**



Entra e sai ano e o ministro da economia, Paulo Guedes, continua disparando exageros para quem quiser ouvir. Desta vez, em evento promovido pela Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), Guedes disse que "as privatizações estão andando". Ele afirmou que, até o final do ano, as estatais Eletrobras e Correios, além de dois portos, os de Santos (SP) e Vitória (ES), serão vendidos para a iniciativa privada. A julgar pela reação do empresariado, suas promessas não colam mais. "Todo mundo sabe que a prioridade número 1 do governo é a reeleição", comenta, sob a condição de anonimato, um executivo do setor imobiliário que acompanhou a palestra de Guedes. "Será milagre se der tempo para privatizar alguma coisa." Detalhe interessante: em 2020, Guedes havia garantido que quatro grandes privatizações seriam feitas naquele ano. Como se sabe, elas não saíram do papel. Por que em 2022 seria diferente?

## Uber vai de táxi

Desde que surgiu, em 2009, a Uber tratou os táxis privados como rivais. Agora, contudo, a empresa decidiu dar uma guinada inesperada em sua trajetória. A empresa integrará todos os táxis de Nova York em sua plataforma e as tarifas serão aproximadamente as mesmas cobradas pela fórmula básica do Uber X.

"Estamos entusiasmados com a parceria", disse o vice-presidente da Uber, Andrew Macdonald, ao anunciar o projeto. Por ora, não se sabe se o acordo será levado para outras cidades.

ONGs pedem indenização de R\$ 10 milhões para o LinkedIn

A ONG Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes e o Centro Santo Dias de Direitos Humanos protocolaram na Justiça uma ação civil contra o LinkedIn. As entidades pedem indenização de R\$ 10 milhões depois de a plataforma ter derrubado um anúncio de vaga de emprego que dava preferência a negros e indígenas. No Twitter, o LinkedIn afirmou que as suas políticas não permitem que sejam priorizados profissionais de acordo com idade, gênero, raça, etnia, religião ou orientação sexual.

Boom de bitcoins? Agência diz que Brasil irá liderar tendência

Os brasileiros que investem em moedas virtuais podem agora se encher de esperança. Segundo estudo realizado na América Latina pela agência Sherlock, um boom de criptomoedas está próximo de ocorrer na região e o movimento provavelmente será liderado pelo Brasil. O levantamento mostra que 25% dos brasileiros pretendem comprar bitcoins e afins nos próximos 12 meses, o que representa um avanço de 91% em relação aos 13% da população que adquiriram moedas digitais ou tokens até o momento.

Rapidinhas

O setor de eventos de negócios, castigado pela pandemia, se recupera em 2022. A NürnbergMesse Brasil, uma das maiores promotoras do país, contabiliza 14 eventos programados até agosto. A expectativa é que o número seja maior até o fim do ano. "O avanço da vacinação deu mais segurança ao segmento", diz João Paulo Pícolo, presidente da empresa.

Dados apurados pela Ubrafe (União dos Promotores de Feiras) mostram que 700 eventos corporativos estão programados para 2022, número já próximo dos níveis pré-pandemia. Para 2023, a expectativa é de desempenho ainda melhor. O setor tem participação relevante no **PIB** brasileiro, movimentando algo como R\$ 300 bilhões por ano.

O setor de higiene e beleza tem faturado alto com as exportações. Segundo a Abihpec, associação que representa a indústria, as vendas ao mercado externo alcançaram US\$ 60,9 milhões em fevereiro de 2022, o que significou um crescimento de 30,8% em relação ao mesmo período de 2021. Sabonetes foram os itens

mais exportados.

O primeiro uso da tecnologia 5G no Brasil será na sala de cirurgia robótica Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (Icesp). O projeto é resultado de inédito programa de colaboração entre Claro, Embratel e InovaHC, o núcleo de inovação do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP (HC-FMUSP).

# ICMS será de até R\$ 1,006 por litro, mas cada estado poderá conceder desconto

**Idiana Tomazelli e Fábio Pupo**

A alíquota única do ICMS sobre o diesel terá um limite máximo de R\$ 1,006 no país, mas cada estado poderá conceder uma espécie de benefício fiscal que vai, na prática, resultar em uma cobrança menor para seus consumidores.

O desenho foi feito de forma a preservar a arrecadação dos estados no mesmo patamar de novembro de 2021, quando os preços de referência dos combustíveis para a cobrança do imposto foram congelados.

O formato também busca evitar que consumidores de algumas regiões acabem arcando com um imposto maior para compensar a perda de arrecadação de outras localidades que, antes da mudança, tinham alíquotas mais salgadas sobre o diesel.

As novas alíquotas passam a valer em 1º de julho. Até lá, a cobrança de ICMS sobre os combustíveis, inclusive do diesel, continuará sendo feita sobre os preços de referência praticados em novembro do ano passado, mantendo o congelamento.

A alíquota única em todo o território nacional foi uma exigência da lei complementar 192, aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) em 11 de março. A proposta foi uma maneira que o governo encontrou para tentar forçar os governadores a mudar o imposto sobre combustíveis em um momento de alta de preços e avanço da **inflação**.

Pelo texto da lei, os estados precisavam regulamentar uma alíquota única de ICMS sobre os combustíveis, que passaria a ser um valor fixo sobre o litro (ad rem), em substituição ao sistema atual de percentual sobre o valor nas bombas (ad valorem).

A regulamentação foi votada nesta quinta-feira (24) pelo Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), formado pelos 26 estados, o Distrito Federal e representantes do Ministério da Economia, e anunciada pelos secretários estaduais de Fazenda.

Uma nova mudança só poderá ser adotada pelos estados 12 meses após a fixação da nova alíquota. A restrição foi imposta pela lei aprovada no Congresso.

Em entrevista coletiva, o presidente do Comsefaz (Comitê de Secretários Estaduais de Fazenda), Décio Padilha, disse que os estados, na prática, ficarão com o ICMS do diesel congelado por 17 meses. Com isso, as perdas chegariam a quase R\$ 14 bilhões em um ano, considerando a base de cálculo defasada da nova alíquota. "Estamos congelando uma carga [tributária] velha", disse.

"Em Pernambuco, meu estado, o diesel está R\$ 6,60, e nós cobramos [o ICMS] a R\$ 4,70", protestou. Ele admitiu que a maior oposição dos estados à mudança se deve justamente à perda de arrecadação. "A resistência é que a perda de arrecadação é avassaladora." Na queda de braço sobre quem tem culpa pelo aumento nos combustíveis, Bolsonaro costuma apontar o dedo aos governadores, afirmando que os estados arrecadam volume maior de **impostos** quando há alta de preços. A União, porém, também ganha com a alta do petróleo, por meio de receitas com royalties, participações e até dividendos da Petrobras.

"O debate ficou político. Isso cobriu, criou uma cortina de fumaça", disse Padilha. "O diagnóstico não foi técnico, foi errado. Por uma questão conjuntural, trouxeram a solução errada." Para ele, a solução mais adequada seria a criação de uma conta de estabilização, abastecida com receitas de royalties e dividendos pagos pela Petrobras.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49860>

## Estados definem alíquota única para ICMS sobre diesel

Cobrança funcionará como valor máximo, e governadores poderão dar descontos para manter carga tributária atual

Carga efetiva após mudança, em R\$ sobre litro	Alíquota hoje, em % sobre preço
AC 1,006	MA 18,5
BA 0,983	AL 18
CE 0,9267	AM 18
RN 0,9238	BA 18
AM 0,9157	CE 18
SE 0,9115	PB 18
PB 0,9034	PI 18
AL 0,8868	RN 18
RO 0,8864	SE 18
RR 0,8864	AC 17
PI 0,8784	AP 17
AP 0,8679	PA 17
MT 0,8625	RO 17
PA 0,8602	RR 17
MA 0,8581	GO 16
GO 0,8086	MT 16
PE 0,753	PE 16
DF 0,7297	DF 14
MG 0,7158	MG 14
<b>SP 0,6618</b>	TO 13,5
TO 0,648	<b>SP 13,3</b>
RJ 0,5951	ES 12
RS 0,5815	MS 12
ES 0,5563	PR 12
SC 0,5544	RJ 12
PR 0,5304	RS 12
MS 0,5091	SC 12

### R\$ 1,0060

é a alíquota única de ICMS sobre o diesel, a ser cobrada a partir de 1º de julho. Funcionará como valor máximo para a cobrança

Fonte: Confaz

# Gasolina cairá menos de R\$ 0,01 com isenção do álcool, diz especialista

**Filipe Andretta e Nicola Pamplona RIO DE JANEIRO E CURITIBA**

Sem apresentar cálculos, o Ministério da Economia afirmou que a medida de zerar até o final de 2022 o imposto de importação sobre o etanol anidro pode baixar em até R\$ 0,20 o preço do litro da gasolina. Especialistas, porém, dizem que a redução para o consumidor será praticamente nula.

O etanol anidro compõe 27% da mistura da gasolina, por isso seu custo afeta o preço do combustível.

Para o consultor Dietmar Schupp, especialista em tributação de combustíveis, a isenção que entrou em vigor na quarta-feira (23) vai baixar apenas R\$ 0,004 por litro no preço médio nacional.

O imposto sobre o etanol anidro importado de fora do Mercosul era 18%. A alíquota era cobrada essencialmente do álcool vindo dos Estados Unidos, país que também tributa o etanol brasileiro.

A isenção foi anunciada na segunda-feira (21) pelo governo Jair Bolsonaro (PL) como mais uma medida para tentar conter a **inflação** em meio à disparada nos preços das matérias-primas internacionais após o início da guerra na Ucrânia.

Além do etanol, também foram beneficiadas commodities como café, óleo de soja e o açúcar.

Uma das razões para o impacto ser tão inexpressivo é que a quantidade de álcool importado pelo Brasil para compor a mistura da gasolina é relativamente pequena.

Dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) mostram que, em 2021, o Brasil produziu 11,4 milhões de metros cúbicos de etanol anidro e exportou 5,4% desse volume. A importação total foi de 432 mil metros cúbicos, o equivalente a 3,8% do etanol anidro produzido no Brasil.

Segundo Dietmar Schupp, apenas 2% do etanol anidro vendido atualmente no Brasil é importado. A redução de R\$ 0,20 por litro projetada pelo governo só ocorreria caso todo o etanol misturado à gasolina viesse de fora do país.

Mauricio Canêdo Pinheiro, professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças da FGV (Fundação Getúlio Vargas), também projeta um efeito pequeno sobre o preço para o consumidor da isenção sobre o etanol anidro. Como Schupp, ele elenca a baixa participação do álcool importado no total utilizado pelo país, e o fato de o produto compor apenas 27% da mistura da gasolina.

"São fatores que diluem o efeito da medida", diz Pinheiro.

Já o Ministério da Economia afirma que a estimativa de R\$0,20 foi baseada "em um modelo de equilíbrio parcial", mas que "o estudo não está disponível para publicação".

A equipe econômica alega que a isenção vai aumentar a participação do etanol importado no mercado nacional, com um choque de preços que chegará ao consumidor.

"Para 2022, a produção brasileira de etanol deverá somar 28,3 bilhões de litros na safra 2021/22, uma queda de 13,7% em relação à safra anterior. Já nos Estados Unidos, a expectativa é de aumento da safra", diz o ministério.

Importadores de combustíveis, diretamente beneficiados pela isenção, corroboram a versão do governo.

"Apesar de o Brasil ser um grande produtor de etanol, nós temos algumas janelas de importação em razão da sazonalidade. Não é um volume expressivo por ano, mas não é desprezível", diz Sérgio Araújo, presidente da Abicom (Associação Brasileira de Importadores de Combustíveis).

A expectativa de choque nos preços a partir da isenção do imposto de importação, porém, é contestada por produtores nacionais.

"Hoje não há margem para entrada de etanol americano aqui, mesmo zerando imposto", diz Alexandre Andrade Lima, presidente da Feplana (Federação dos Plantadores de Cana do Brasil).

"O preço do etanol americano está alto com essa crise mundial de combustíveis, e hoje não tem mercado

aqui. Pode ser que mais na frente venha a entrar etanol, mas no momento [a isenção de **impostos**] não vai ter muita influência." Renato Cunha, do Sindaçúcar-PE, o sindicato dos produtores de cana de Pernambuco, afirma que a isenção representa um benefício sem reciprocidade nos EUA e que pode custar muitos empregos no Brasil.

Rodrigo Zingales, diretor executivo da AbriLivre, associação que representa revendedores de combustíveis em todo o Brasil, afirma que isentar o etanol dos Estados Unidos vai beneficiar poucos agentes do mercado e que, dificilmente, o consumidor será beneficiado.

"O governo deveria estar investindo pesado em produção de açúcar e etanol, mas está fazendo o contrário, subsidiando produtos importados", afirma Zingales.

"O preço do etanol americano está alto com essa crise mundial de combustíveis, e hoje não tem mercado aqui. Pode ser que mais na frente venha a entrar etanol, mas no momento [a isenção de **impostos**] não vai ter muita influência" Alexandre Andrade Lima presidente da Feplana (Federação dos Plantadores de Cana do Brasil).

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

60

# Auxílio menor poderá agravar pobreza infantil, afirma Unicef

**Douglas Gavras são paulo**

Caso o Auxílio Brasil seja mesmo reduzido a partir do ano que vem, aumenta o risco de um retrocesso no combate à pobreza infantil, avalia o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

Em estudo publicado nesta quinta-feira (24), o órgão traçou os impactos da pandemia sobre as crianças em situação de pobreza monetária (aquelas que vivem com menos de US\$ 5,50 por dia, ou cerca de R\$ 26,78), e pobreza monetária extrema (menos de US\$ 1,90 ou R\$ 9,25 por dia).

Ao substituir o Bolsa Família, após 18 anos de existência, pelo Auxílio Brasil desde novembro passado, o governo aumentou o número de benefícios e estipulou um valor mínimo por família de R\$400. Como há uma série de programas complementares, algumas famílias podem receber acima disso.

Segundo o Ministério da Cidadania, o Auxílio Brasil pagou um benefício médio de R\$ 409 em fevereiro para 18 milhões de famílias, ao custo total de R\$ 7,2 bilhões.

O valor, no entanto, só está garantido até o fim deste ano -uma situação que preocupa os especialistas no tema. Parte deles considera temerário que o auxílio mais robusto seja usado como moeda eleitoral, em um ano em que o presidente Jair Bolsonaro (PL) deve tentar a reeleição.

Do ponto de vista das famílias, uma redução do benefício em 2023 também colocaria milhões de brasileiros vulneráveis em uma espécie de gangorra de renda, passando por aumentos e reduções bruscas de benefício em um intervalo curto de tempo, como ocorreu durante o auxílio emergencial -programa que teve diversos valores diferentes durante sua duração, intercalados por períodos sem pagamento.

Para evitar o pior cenário, de agravamento da pobreza infantil no próximo ano, o braço das ONU recomenda a garantia de fontes de financiamento para viabilizar o Auxílio Brasil no longo prazo.

"Embora seja positiva e necessária a ampliação dos valores médios previstos para o primeiro ano do Auxílio Brasil, se é preciso não apenas manter

patamares parecidos nos anos seguintes, mas regulamentar critérios de correção dos valores dos benefícios de modo a evitar perdas decorrentes da **inflação**", diz o Unicef.

O fundo também recomenda que o governo garanta a sustentabilidade de programas que funcionem como mecanismos de expansão da cobertura em situações de emergência ou calamidade pública, como a pandemia de Covid-19.

Outro ponto destacado é a necessidade de expandir o Suas (Sistema Único da Assistência Social), para fortalecer a vigilância sócio assistencial e os mecanismos de busca ativa e de cadastramento da população não atendida pelo Auxílio Brasil, porém sujeita a cair na pobreza em casos de choques econômicos inesperados.

"Estima-se que cerca de 20% dos domicílios ficaram descobertos por qualquer tipo de transferência de renda após o fim do auxílio emergencial, em outubro de 2021." O Unicef conclui que o Brasil passa por uma encruzilhada no combate à pobreza monetária infantil, tendo acumulado um gasto considerável, que permitiu o amortecimento temporário do impacto da pandemia sobre as famílias, mas não sustentável.

O cenário é preocupante: as famílias com crianças e adolescentes são mais vulneráveis à insuficiência de renda e a pobreza infantil é consideravelmente maior do que a adulta.

Até o início de 2020, 20% dos adultos viviam abaixo da linha de pobreza enquanto 40% das crianças e adolescentes estavam na mesma situação.

Na avaliação do órgão, o auxílio emergencial foi responsável, nos trimestres em que esteve em vigor, por evitar que cerca de 1,8 milhão de crianças estivessem em situação de pobreza e de pobreza extrema naquele momento.

"Com o auxílio emergencial, a pobreza monetária infantil diminuiu temporariamente -voltando a aumentar quando o benefício foi reduzido ou suspenso. Durante o terceiro trimestre de 2020, quando o auxílio de R\$ 600 estava sendo distribuído, a pobreza monetária infantil caiu de cerca de 40% para 35%", diz o documento.



**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>**

**60**

# BC vê alto risco de novo estouro da meta de inflação

**Nathalia Garcia Brasília**

O Banco Central projeta pico de **inflação** de 10,6% no primeiro trimestre e vê alta probabilidade de estourar a meta estipulada pelo segundo ano consecutivo. Os dados são do Relatório Trimestral de **Inflação** de março, divulgado nesta quinta-feira (24).

A autoridade monetária desenhou dois cenários para a **inflação** para este ano, com base na trajetória de preços do petróleo. Em ambos, o IPCA tem grandes chances de ficar acima do teto da meta.

O valor fixado pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) para este ano é de 3,5% -com 1,5 ponto percentual de tolerância.

Na projeção do cenário "alternativo", que utiliza trajetória descendente para o preço do barril de petróleo, a **inflação** acumulada em 12 meses atinge pico de 10,6% no primeiro trimestre, caindo para 6,3% no fim de 2022, acima do limite superior do intervalo de tolerância da meta.

Já na projeção do cenário de referência, que utiliza hipótese usual para a trajetória do preço do petróleo, a **inflação** acumulada em quatro trimestres fica em 10,6% nos dois primeiros, recuando para 7,1% no fim do ano, também acima do teto da meta.

De acordo com o BC, a probabilidade de a **inflação** ficar acima do limite em 2022 saltou de cerca de 41% no relatório anterior, divulgado em dezembro, para em torno de 88% no cenário "alternativo", tido como mais provável pela autoridade monetária, e 97% no cenário de referência.

"Parte significativa da surpresa inflacionária no trimestre está relacionada a componentes mais voláteis, em especial aos preços de combustíveis e de alimentos, mas também houve surpresa em itens associados à **inflação** subjacente. As diversas medidas de **inflação** subjacente permanecem acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a **inflação**", mostrou o relatório.

O BC aponta que a principal pressão sobre a **inflação** ao consumidor no próximo trimestre deve-se aos preços dos combustíveis, refletindo a recente elevação do petróleo. "Combustíveis para veículos contribuíram

com quase metade da surpresa com a **inflação** no trimestre", indicou.

O documento diz ainda que os impactos da guerra na Ucrânia também são esperados sobre preços livres, com importante alta sobre os alimentos.

"A elevação dos preços de commodities e dos preços de produtos importados -especialmente desde a escalada do conflito entre Rússia e Ucrânia-, embora atenuada pela apreciação do real, pode ser considerada um novo choque de oferta do ponto de vista da economia doméstica, com impacto altista sobre a **inflação** e negativo sobre a atividade econômica no curto prazo." Mas o BC fez uma ressalva de que a contribuição dos preços administrados para a **inflação** no trimestre só não será maior em virtude das condições pluviométricas favoráveis. Para maio, é esperado o fim da bandeira "escassez hídrica" e a transição para a bandeira amarela.

Como resposta à **inflação**, a escalada dos juros no Brasil já completa um ano no Brasil. No dia 16, o Copom (Comitê de Política Econômica) do BC elevou a Selic em um ponto percentual, de 10,75% para 11,75% ao ano. Para a próxima reunião, em maio, sinalizou no va alta da mesma magnitude.

Um aumento adicional da taxa básica de juros em junho não é um cenário provável, disse o presidente do BC, Roberto Campos Neto, nesta quinta, indicando o fim do forte ciclo de aperto monetário iniciado há um ano em maio.

Segundo Campos Neto, na reunião do Copom da semana passada, o colegiado avaliou a elevação do cenário de incerteza, o ritmo adequado para a alta dos juros e a taxa terminal do ciclo de aperto.

"Entendemos que, usando esse mix de fatores, o mais apropriado era fazermos uma elevação de um ponto [na Selic em março] e indicar mais 1 ponto [em maio], dizendo que, se o cenário internacional se agravasse ou que se houvesse algum outro choque que afetasse as expectativas na mesma direção, nós poderíamos repensar o cenário, fazendo um movimento adicional em junho, não é o cenário mais provável", disse.

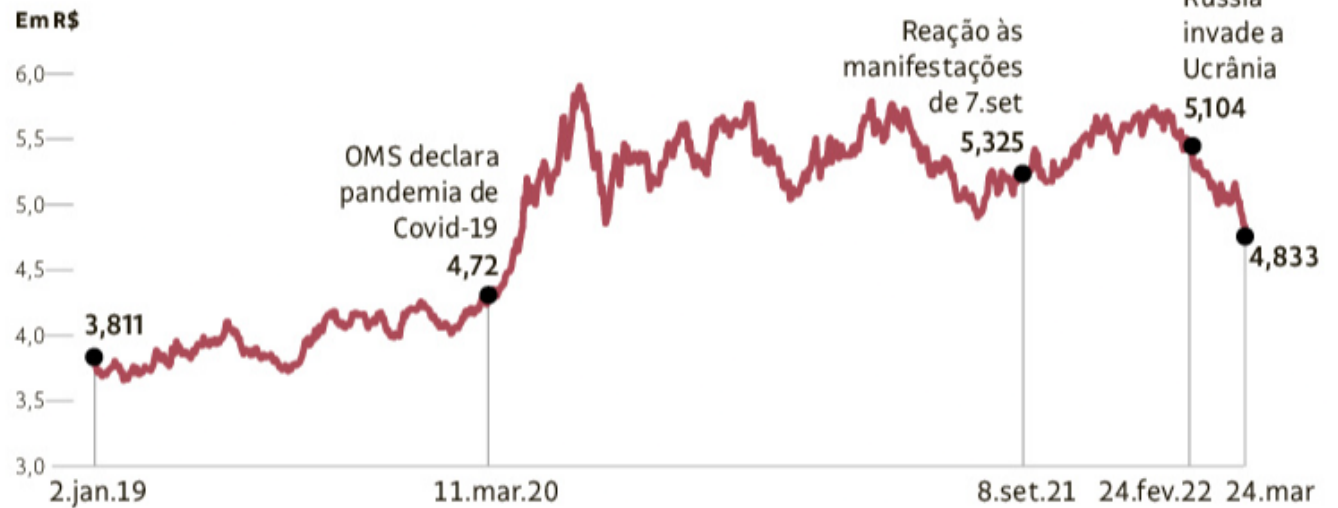
**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

60

## Dólar no governo Bolsonaro

Flutuação diária do dólar desde janeiro de 2019



Fonte: Bloomberg

# Dólar tem sétima queda seguida e fecha R\$ 4,83

**Clayton Castelani são Paulo**

O dólar caiu pelo sétimo dia seguido nesta quinta (24), renovando a sua cotação mínima desde o início da pandemia, há dois anos. Já a Bolsa alcançou o seu melhor resultado em sete meses.

A moeda fechou em queda de 0,20%, a R\$ 4,8330. Esse é agora o menor valor da divisa desde 13 de março de 2020, dois dias após a OMS (Organização Mundial da Saúde) ter declarado a disseminação global do novo coronavírus.

No decorrer da sessão desta quinta, o dólar chegou a mergulhar 1,61%, a R\$ 4,7650. Na véspera, havia afundado 1,44%, a R\$ 4,8430.

A forte alta da Bolsa, que segue atrativa aos investidores estrangeiros, foi um fator importante para a manutenção da queda da taxa de câmbio.

O Ibovespa saltou 1,36%, a 119,052 pontos. Também na sua sétima alta consecutiva, o indicador de referência para o mercado acionário do país atingiu o seu maior valor desde 1º de setembro de 2021.

A forte alta da Bolsa, que segue atrativa aos investidores estrangeiros, foi um fator importante para a manutenção da queda da taxa de câmbio.

Foi em setembro do ano passado que a Bolsa iniciou um prolongado período de queda devido às incertezas provocadas pelo avanço da **inflação** global, pelas ameaças de ruptura democrática no Brasil devido às manifestações de caráter golpista promovidas por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL), e por preocupações sobre o equilíbrio das contas públicas no ano eleitoral de 2022.

Nesta quinta, porém, foi o cenário internacional favorável às commodities, apesar da correção do preço do petróleo, o maior responsável pelo salto da Bolsa. As principais exportadoras brasileiras na composição do Ibovespa, Vale e Petrobras, subiram 0,54% e 1,15%.

Ao final da tarde de quinta, o barril do petróleo Brent estava cotado a US\$ 117,98 (R\$ 567,02), em queda de 2,98%, após um ganho de 5,30% na véspera.

Nos Estados Unidos, os índices Dow Jones, S P 500 e Nasdaq subiram 1,02%, 1,43% e 1,93%, respectivamente.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49860>

## Um desafio às candidaturas presidenciais



Já na comparação com o ano passado, esperam-se menos lançamentos, sobretudo aqueles destinados às famílias de menor renda.

Fica aqui um desafio às candidaturas presidenciais: estruturar uma proposta de política industrial que eleve a oferta de produtos, emprego e renda, aumente a concorrência nos setores industriais hoje oligopolizados e reduza nossa dependência externa. Esta seria uma medida muito eficaz para evitar o recessivo e crônico recurso ao aumento dos juros como único meio de deter a inflação.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mais uma vez o Conselho de Política Monetária elevou a taxa básica de juros, para 11,75%, e indicou a intenção de aumentá-la para 12,75% em maio. O colegiado avisou que "estará pronto para ajustar o tamanho do ciclo de aperto monetário", caso os choques de preços das commodities persistam ou se agudizem.

No início desta semana, o mercado aumentava sua projeção de inflação para 6,59% em 2022, segundo o boletim Focus. E não será surpresa se crescer mais, devido aos reflexos da guerra da Rússia contra a Ucrânia, que já se fazem sentir no aumento de preços dos combustíveis, das commodities e dos fertilizantes.

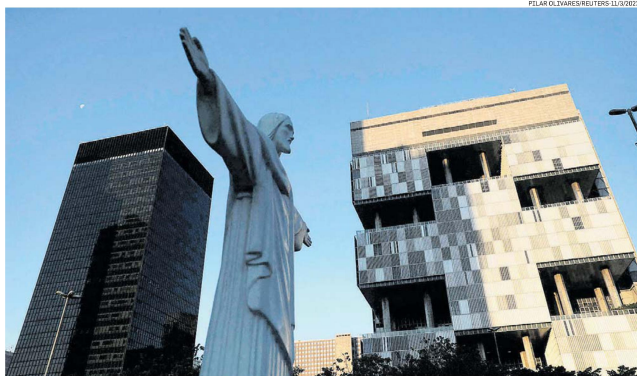
Em paralelo, o IBGE informou que a renda média do trabalhador caiu 9,7% no trimestre encerrado em janeiro, na comparação com o mesmo período de 12 meses atrás.

Repete-se o cenário que recorrentemente leva o país à recessão. Aumentam-se os juros, inibindo tanto o consumo como o investimento, e elevando os custos dos financiamentos para as empresas.

De seu lado, as famílias enfrentam uma inflação crescente com menos renda e crédito mais caro.

As construtoras têm adotado medidas para reequilibrar custos e elevar a produtividade. As obras seguem dentro seus cronogramas de execução. Os lançamentos de empreendimentos imobiliários deverão resultar em novas obras.

# Altos salários e regalias perduram na Petrobras



Sede da Petrobras, no Rio: símbolo do gigantismo do Estado e das benesses concedidas aos funcionários das estatais

FABIO MOTTA /ESTADÃO - 18/12/2018



JOSÉ FUCS

Nos idos de 2015, ao se licenciar da presidência do conselho de administração da Petrobras, posto que acabaria deixando em definitivo dois meses depois, o executivo Murilo Ferreira fez um diagnóstico sinistro da estatal a um amigo.

"A Petrobras não é do acionista majoritário nem do acionista minoritário - ela é da corporação", disse Ferreira, que também era presidente da Vale, de acordo com o site Brazil Journal.

"Se eu fosse morador de Nilópolis, São Gonçalo ou da Baixada (regiões pobres do Rio, onde se situa a sede da empresa), ficaria revoltado com os privilégios que os funcionários da Petrobras conseguiram garantir para si mesmos." Desolado com a sua impotência para mudar a situação, ele fechou o desabafo traçando um

paralelo entre a Vale, privatizada em 1997, e a Petrobras, símbolo maior do gigantismo do Estado no País: "Na Vale, consegui tirar os carros dos diretores.

Na Petrobras, não é possível diminuir qualquer coisa que a corporação não queira." Passados quase sete anos do diagnóstico feito por Ferreira, o quadro continua praticamente o mesmo. Desde que ele deixou a companhia, ninguém conseguiu mexer para valer nas benesses do pessoal. Quem tentou, segundo ex-gestores da empresa, tornou-se alvo de ameaças e de campanhas difamatórias promovidas pela tropa de choque da turma.

"LONGE DEMAIS".

Os privilégios, é certo, vêm se acumulando desde a criação da Petrobras, em 1953, no governo Vargas. Mas, conforme relatos feitos ao Estadão, foi durante os governos Lula e Dilma, quando sindicalistas assumiram o comando da área de recursos humanos, que a situação degradingolou de vez.

"Sempre houve privilégios na Petrobras, mas as concessões feitas naquele período agravaram muito o problema", afirma um ex-executivo da estatal.

Os salários, que já eram inflados, também engordaram ainda mais. Entre 2003 e 2015, de acordo com dados dos sindicatos dos petroleiros, os funcionários da Petrobras tiveram um ganho real (já descontada a **inflação**) de 34%. Mesmo com a perda de 5,6% ocorrida nos governos **Temer** e Bolsonaro, ainda acumulam um aumento real de 26,4% (veja o gráfico). "Acho razoável que haja uma certa liberalidade numa grande empresa", diz Almir Pazzianotto, ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e ex-ministro do Trabalho.

"Agora, na Petrobras, eles foram longe demais." Pelos cálculos de um ex-gestor de RH da companhia, o custo das "jabuticabas" - como costuma chamar os privilégios que só os funcionários da estatal têm - alcança cerca de R\$ 7 bilhões por ano, o equivalente a um terço do gasto total de pessoal, de R\$ 21,7 bilhões em 2020, incluindo os encargos sociais e tributários.

"COISA DE LOUCO".

As "jabuticabas" fazem tanta diferença no bolso dos

petroleiros que, para mantê-las no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2020-2022, ainda em vigor, os sindicatos aceitaram o "congelamento" dos salários por um ano, proposto pela empresa.

Os funcionários da Petrobras recebem, por exemplo, 100% a mais pelas horas extras, em vez do adicional de 50%, previsto na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Enquanto os demais trabalhadores ganham um adicional de 33,33% nas férias, eles embolsam 100% a mais. Recebem também um reembolso de até 90% dos gastos com matrículas e mensalidades escolares de filhos de até 18 anos e uma "ajuda de custo" para assistência alimentar de R\$ 1.254 por mês, mais R\$ 192 de vale-refeição.

Nas plataformas da empresa, a jornada funciona no esquema de 14 dias de trabalho por 21 dias de folga, em vez dos 14 dias de trabalho por 14 de folga praticados pela indústria de petróleo mundo afora, segundo um ex-dirigente da empresa.

O sistema é tão light, em sua avaliação, que há funcionários de plataformas que moram nos Estados Unidos, em Portugal e em outros países. Chegam ao aeroporto do Galeão, no Rio, vão direto para o heliporto usado pela Petrobras em Jacarepaguá, na zona oeste da cidade, passam duas semanas em alto mar e depois fazem o caminho inverso. Só voltam a trabalhar três semanas depois. Como não moram no Rio, ainda têm um benefício adicional: o tempo gasto na viagem de ida e volta de helicóptero conta como se estivessem trabalhando.

"É uma chuva de privilégios sem precedentes no setor privado", diz Paulo Uebel, ex-secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

"O acordo coletivo da Petrobras é uma coisa de louco, diferente de tudo o que eu conheço", afirma Pazzianotto.

Mesmo se perdessem os "penduricalhos", os petroleiros não poderiam reclamar da vida.

Pesquisas encomendadas pela Petrobras apontam que seus funcionários ganham de duas a três vezes mais do que a média paga no mercado. Como apurou o Estadão, um "inspetor de segurança", responsável pela proteção das portarias, recebe de R\$ 7 mil a R\$ 8 mil por mês, enquanto no mercado a média para o cargo gira em torno de R\$ 2,5 mil. Um técnico de operação, que trabalha em refinarias, recebe em média R\$ 20 mil mensais, enquanto o ganho no setor privado não passa de R\$ 7 mil.

#### RETIFICAÇÃO.

Nas posições de nível superior, como engenheiro, geólogo e psicólogo, a remuneração média é de R\$ 25 mil por mês, podendo chegar a R\$ 40 mil, conforme o tempo de serviço do funcionário, enquanto no setor privado a média fica ao redor de R\$ 12 mil.

Um levantamento divulgado recentemente pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), vinculada ao Ministério da Economia, mostrou que, na média, a remuneração dos funcionários da Petrobras atingiu R\$ 25.164 por mês em 2020. A maior remuneração mensal foi de R\$ 145,2 mil e a menor, de R\$ 1,5 mil. Pelo estudo, que incluiu as 46 estatais controladas pela União, o ganho médio na Petrobras só foi menor que o do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), onde chegou a R\$ 31 mil mensais.

Apesar de os dados divulgados pela Sest terem sido fornecidos pela própria Petrobras, a empresa agora informa que a remuneração média em 2020 ficou em R\$ 18,6 mil por mês, enquanto a maior foi de R\$ 97,7 mil, e a menor, de R\$ 3,3 mil. Mesmo que a retificação seja procedente, não altera muito o quadro.

Em vez de ocupar o segundo lugar na lista das maiores remunerações das estatais, a Petrobras passaria para a terceira posição, atrás também da Embrapa, onde o ganho médio foi de R\$ 20,2 mil por mês em 2020.

#### MONOPÓLIO.

Na visão de Paulo Uebel, a situação chegou a esse ponto porque a Petrobras detém o monopólio no setor de fato, embora não de direito, já que a "reserva de mercado" que a favorecia caiu oficialmente em 1997. Isso, segundo ele, dá um poder enorme para os sindicatos e favorece a realização de greves com enorme impacto na vida dos cidadãos e das empresas.

Uebel é favorável à privatização da Petrobras, combatida de forma feroz pelos sindicatos, mas pondera que, enquanto ela não vier, o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) deveria limitar sua participação de mercado, nas diferentes áreas em que atua, a no máximo 60%. "É preciso quebrar o monopólio não só de direito, mas de fato", afirma.

"Só assim será possível reduzir a força da corporação." De acordo com Uebel, o quadro atual se deve também às decisões da Justiça do Trabalho, que garantem estabilidade no emprego aos funcionários de estatais, apesar de eles serem contratados pela CLT e poderem negociar aumentos salariais e benefícios por meio de acordo coletivo. "No poder público, isso não



existe: ou você tem estabilidade e só pode criar benefícios e definir reajustes salariais por meio de lei ou não tem estabilidade e aí pode negociar tudo por meio de acordo coletivo." Uma saída, para Uebel, seria realizar uma reforma administrativa que incluísse o corte dos privilégios existentes nas estatais, sujeitando seus funcionários às mesmas regras e aos mesmos princípios da administração pública direta.

Pazzianotto sugere que a Petrobras contrate "gente de fora" para conduzir as negociações trabalhistas com os sindicatos.

"É uma forma de evitar possível conflito de interesses por parte de advogados da empresa, que se beneficiam do acordo coletivo ou de uma decisão favorável aos trabalhadores na Justiça."

### PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS.

Os sindicatos rejeitam, obviamente, a percepção de que os benefícios recebidos pelos funcionários sejam "privilégios". "A CLT é um piso", diz o presidente do Sindipetro de São José dos Campos (SP), Rafael Prado, secretário de comunicação da FNP (Federação Nacional dos Petroleiros).

"Isso não quer dizer que não seja possível negociar um acordo coletivo melhor." Para Prado, os altos lucros da Petrobras justificariam os benefícios e salários recebidos pelos funcionários. "Isso precisa ser encarado dentro da realidade do setor de petróleo e gás. Como ele tem uma rentabilidade muito superior à média da economia, paga salários melhores", afirma. "Isso significa que parte da riqueza toda gerada no setor fica com os trabalhadores." A questão é que, independentemente dos fartos benefícios e salários recebidos por seus funcionários, a Petrobras já lhes concede participação nos lucros.

Oferece também um programa de bonificação baseado no desempenho individual e coletivo, que é outra forma de reconhecer o papel dos trabalhadores no negócio.

"A fatia que fica com os trabalhadores é ínfima perto do lucro que eles produzem." Com os preços dos combustíveis na estratosfera, a tentação de atribuir o problema aos privilégios e à remuneração generosa dos petroleiros é grande. Mas não dá para dizer, segundo exgestores da Petrobras, que o impacto nos preços seja significativo.

O que se pode afirmar é que isso afeta a eficiência e a produtividade, assim como a capacidade de investimento e de pagamento de dividendos aos acionistas, inclusive a própria União. "Embora o custo de extração seja muito baixo, há uma estrutura

pesada, que é muito cara. O custo de refino também é muito alto por causa disso", diz um ex-executivo da empresa.

Não é pouca coisa.

Pausa estendida Nas plataformas, a jornada é de 14 dias de trabalho por 21 de folga, em vez de 14 dias de trabalho e 14 de folga, como em outros países

Excesso As benesses da Petrobras custam cerca de R\$ 7 bilhões por ano, o equivalente a 1/3 do gasto total com pessoal

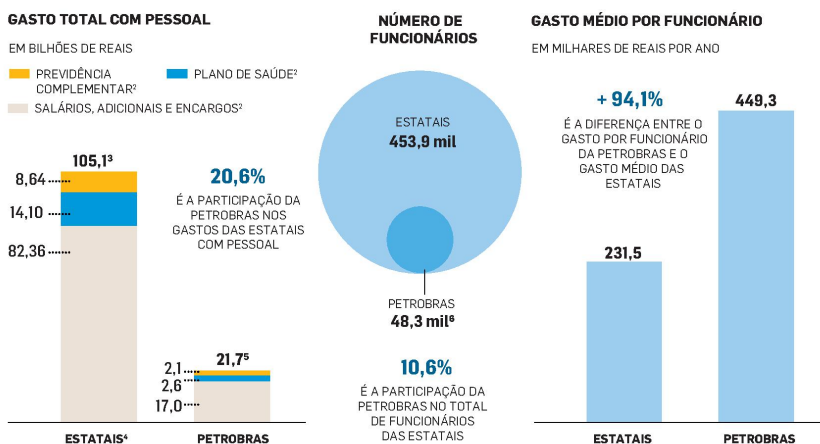
**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## VANTAGENS EM SÉRIE

Além da remuneração generosa, os funcionários da Petrobras têm inúmeros benefícios que não estão previstos na CLT

### Elite da elite

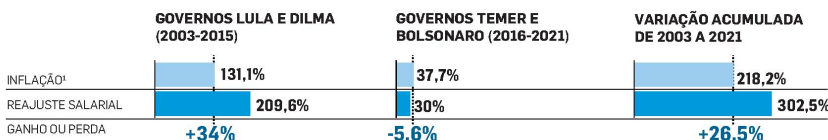
A despesa da Petrobras por funcionário supera de longe a média das estatais, cujos gastos com pessoal já são bem maiores que os da iniciativa privada<sup>1</sup>



<sup>1</sup> DADOS DE 2020; <sup>2</sup> VALORES INCLUIDOS NO TOTAL DE GASTOS COM PESSOAL; <sup>3</sup> INCLUI A DIFERENÇA ENTRE O GASTO TOTAL COM PESSOAL DIVULGADO PELA PETROBRAS, DE R\$ 21,7 BILHÕES, E O VALOR CONTABILIZADO PELA SEST, DE R\$ 13,2 BILHÕES; <sup>4</sup> 46 EMPRESAS DE CONTROLE DIRETO DA UNIÃO, INCLUINDO A PETROBRAS; <sup>5</sup> VALOR DIVULGADO PELA EMPRESA; <sup>6</sup> INCLUI FUNCIONÁRIOS DE EMPRESAS CONTROLADAS

### Salários turbinados

Apesar da perda salarial ocorrida nos últimos anos, os funcionários da Petrobras ainda acumulam um ganho real (acima da inflação) de 26,5% desde 2003



<sup>1</sup> INPC ACUMULADO NO PERÍODO DE SETEMBRO DE UM ANO A AGOSTO DO ANO SEGUINTE, USADO COMO BASE PARA O REAJUSTE SALARIAL DOS PETROLEIROS

### Festival de 'jabuticabas'

Principais benefícios concedidos aos funcionários da Petrobras no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2020/2022

- ADICIONAL DE 100% POR HORA EXTRA
- ADICIONAL DE 100% DO SALÁRIO NAS FÉRIAS
- ADICIONAL DE ATÉ 45% DO SALÁRIO POR TEMPO DE SERVIÇO
- AUXÍLIO-CUIDADOR DE UM SALÁRIO MÍNIMO PARA FUNCIONÁRIOS COM MAIS DE 60 ANOS E CAPACIDADE FUNCIONAL COMPROMETIDA
- AUXÍLIO-ENSINO COM REEMBOLSO DE ATÉ 90% DOS GASTOS COM MATRÍCULA E MENSALIDADES DE FILHOS E ENTEADOS DE ATÉ 18 ANOS EM ESCOLAS PARTICULARES E DE MATERIAL ESCOLAR E UNIFORMES EM ESCOLAS PÚBLICAS
- AUXÍLIO-UNIVERSIDADE COM REEMBOLSO DE 60% DAS DESPESAS DE MATRÍCULA E MENSALIDADES DE FILHOS E ENTEADOS DE ATÉ 24 ANOS EM ESCOLAS PRIVADAS E DOS GASTOS COM LIVROS E APOSTILAS EM ESCOLAS PÚBLICAS<sup>1</sup>
- AUXÍLIO-DOENÇA DE ATÉ 36 MESES, COM COMPLEMENTAÇÃO DO SALÁRIO INTEGRAL, POR ATÉ QUATRO ANOS DE AFASTAMENTO
- AUXÍLIO-CRECHE COM REEMBOLSO PARCIAL DE DESPESAS PARA FILHOS DE TRÊS A 36 DE MESES DE IDADE<sup>1</sup> E REEMBOLSO INTEGRAL ATÉ O SEXTO MÊS PARA FUNCIONÁRIOS SOLTEIROS, VIÚVOS OU DIVORCIADOS
- AUXÍLIO-FARMÁCIA COM REEMBOLSO DE 19% A 100% DO CUSTO DOS MEDICAMENTOS, CONFORME A FAIXA SALARIAL E O VALOR DO MEDICAMENTO
- CUSTEIO DE 60% DO PLANO DE SAÚDE, INCLUSIVE PARA PENSIONISTAS, APOSENTADOS E SEUS DEPENDENTES
- ABONO DE ATÉ DUAS HORAS DIÁRIAS DE LACTANTES, POR ATÉ UM ANO
- ABONO DE ATÉ DUAS HORAS DIÁRIAS PARA FUNCIONÁRIOS COM DEFICIÊNCIA QUE PRECISAM DE ACOMPANHAMENTO MÉDICO
- ADICIONAL DE PERMANÊNCIA NO ESTADO DO AMAZONAS PARA QUEM JÁ RECEBE O BENEFÍCIO
- ASSISTÊNCIA ALIMENTAR MENSAL DE R\$ 1.254 + R\$ 192 DE VALE-REFEIÇÃO

<sup>1</sup> BENEFÍCIO RESTRITO AOS INSCRITOS ATÉ 30/9/2019, ATÉ O LIMITE DEFINIDO PELA EMPRESA

FONTES: SEST/MINISTÉRIO DA ECONOMIA E PETROBRAS / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

# O impacto da guerra - CELSO MING

## **CELSO MING**

A guerra da Ucrânia completa um mês e já vem produzindo importantes consequências sobre a economia.

Elas se misturam com as que foram produzidas pela pandemia que não só matou 6,1 milhões de pessoas (das quais mais de 650 mil no Brasil), como, também, impôs grandes mudanças nas cadeias globais de produção e distribuição.

As sanções impostas à Rússia pelo bloco ocidental aumentaram a escassez de insumos e produtos essenciais. A economia mundial ainda não havia se recuperado da desorganização dos fluxos de comércio imposta pela covid-19 e, no entanto, enfrenta ainda mais desestruturação com a interrupção de processos de produção e com o bloqueio de rotas de navegação. Por toda a parte, empresas e autoridades públicas vêm sendo obrigadas a reforçar estoques de produtos essenciais, o que acentua as demandas e provoca galopada das cotações. É o que está acontecendo com o petróleo, com os fertilizantes e com os alimentos, especialmente o trigo, milho e soja. A **inflação** mundial, que já vinha acentuada com o aumento de custos ao longo da pandemia, tende agora a aumentar ainda mais.

Alguns analistas veem nisso uma volta atrás no processo de globalização porque induz os agentes econômicos a buscar mais segurança e mais fornecedores, em vez de se aterem a mais eficiência e a custos mais baixos. Exemplo: se não se conseguem fertilizantes da Rússia, há que buscá-los onde houver, a preços mais altos. Mas globalização é mais do que isso.

A Europa se uniu como nunca, jamais o resto do mundo havia imposto represálias tão drásticas e tão rápidas a uma grande potência.

Os grandes bancos centrais parecem desnorteados. São pressionados a aumentar os juros para combater a **inflação** e também para aumentar a retirada dos trilhões em recursos despejados durante a pandemia para enfrentar a derrubada da atividade econômica.

Mas atuam travados, porque não podem acentuar a desaceleração dos negócios.

A economia do Brasil enfrenta a mistura de efeitos bons e ruins. Entre os bons está o grande aumento de

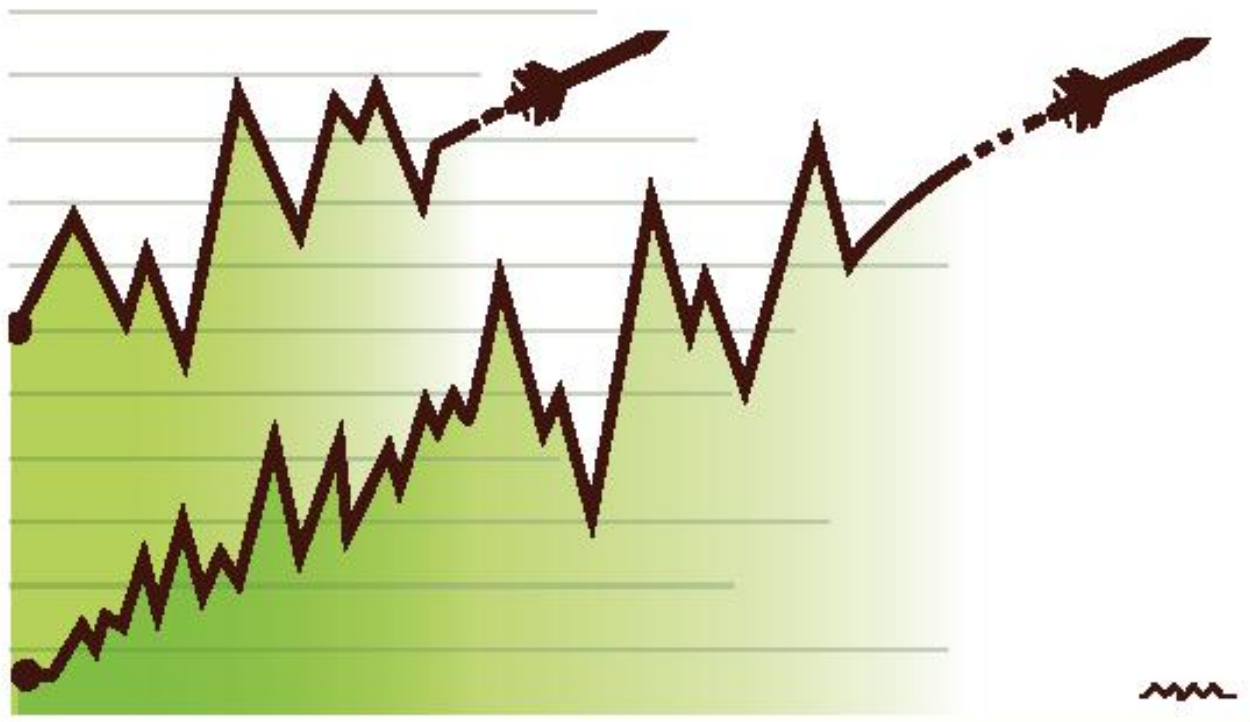
receitas com exportação de commodities, como petróleo, minérios e grãos. De quebra, esse aumento de receitas tende a melhorar o desempenho das contas públicas, graças à bonança produzida pelos royalties do petróleo e ao aumento da arrecadação proporcionado pela alta dos combustíveis e dos alimentos.

A melhora das contas externas mais a forte aceleração dos juros vêm derrubando as cotações da moeda estrangeira e, por essa correia de transmissão, atuando para atenuar a alta dos preços dos produtos importados, o que também pode ajudar a conter a **inflação**.

Mas o balão da **inflação** ganhou mais ar quente e vai disseminando pelos mercados com os movimentos de defesa geral (conflito distributivo), cujo efeito mais pronunciado é ainda maior disparada dos preços.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## MARCOS MÜLLER/ESTADAO



# Folga no teto de gastos favorece benefício a juízes e procuradores

**ADRIANA FERNANDES**

A tentativa de ressuscitar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) no Senado que garante benefício extra na remuneração de juízes e procuradores ganhou força porque o Judiciário, Legislativo, Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União têm juntos folga de R\$ 3 bilhões no limite de teto de gastos.

O espaço no teto aumentou depois que o Congresso aprovou, no ano passado, revisão na regra que limita o crescimento das despesas à inflação incluída na PEC dos Precatórios para aumentar o limite de gastos este ano e garantir volume maior de emendas parlamentares no Orçamento.

Essa margem para gastos não pode ser utilizada pelo Executivo, que nesta semana anunciou que fará um bloqueio de R\$ 1,72 bilhão nas despesas para recompor recursos que faltam em áreas que tiveram despesas cortadas pelos parlamentares na votação do Orçamento deste ano.

Para o pesquisador associado do Insper Marcos Mendes, a PEC é um "tremendo retrocesso" com custo elevado para o Executivo, Estados e municípios.

Ele lembrou que o pagamento de quinquênios (5% do valor do salário a cada cinco anos) tinha acabado para os servidores do Executivo em 1999 - e para os do Judiciário e Ministério Público em 2005.

"A medida está na contramão da reforma administrativa que tem que ser feita", disse. A reforma administrativa, que prevê reformulação nas regras para contratar, promover e demitir os servidores, está empacada no Congresso desde setembro de 2020.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Na contramão do que o serviço público precisa

**JOÃO VILLAVERDE**

Neste exato momento, enquanto o leitor do Estadão lê estas linhas, há 12 milhões de homens e mulheres sem emprego. Buscam e não encontram. Além disso, a renda média da população caiu 1,1%, a R\$ 2.489 por mês, no trimestre entre novembro de 2021 e janeiro deste ano e os três meses imediatamente anteriores.

Um período de elevado desemprego com renda em baixa é o pior momento possível para ter **inflação** alta. Pois é o que ocorre no Brasil: a **inflação** está muito alta, beirando 11% ao ano.

Quem anda pelas ruas brasileiras vê com os próprios olhos este quadro de desalento social: famílias morando nas ruas, em praças e viadutos. Sem conseguir arcar com custos de habitação, resta a rua. A insegurança alimentar aumentou.

É neste cenário, que todos estamos vendo e vivendo, que é revelado, pelo Estadão, o projeto encampado pelo governo Bolsonaro de gastar ainda mais dinheiro público com juízes e procuradores.

Trata-se de uma PEC que recria o "quinqüênio" para o Judiciário.

Pense, leitora e leitor: o governo quer escrever na Constituição que integrantes do Judiciário receberão um adicional de 5% do salário a cada cinco anos de função. As projeções de custos, para União e Estados, chegam a R\$ 4 bilhões por ano.

Integrantes do Judiciário já estão no topo da cadeia salarial do serviço público. Ademais, há uma série de benefícios, como servidores de apoio, além de outros penduricalhos.

Mais de 94% das despesas primárias do Orçamento federal estão "engessadas", isto é, não podem ser reduzidas livremente.

A maior parte vai para aposentadorias e salários. Com a PEC, esses gastos subirão ainda mais.

Sobrará menos ainda para todas as outras demandas do País. Essa PEC vai na contramão do que realmente necessitamos quando o assunto é serviço

público: uma reforma que permita progressões por méritos e que introduza avaliações contínuas de impacto de políticas públicas.

Do ponto de vista social, o País está à deriva. É justamente quando a renda está apertada, pela terrível combinação de desemprego e **inflação**, que a sociedade deixa escolas privadas, transporte individual, planos de saúde e outros gastos de consumo particular para então buscar, como substitutos, os serviços públicos. Dado que os recursos são finitos e, pior, "engessados", aumentar gastos com o topo da pirâmide beira o inacreditável.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Datafolha: Lula segue à frente, mas Bolsonaro ganha espaço

**BERNARDO MELLO** [bernardo.mello@infoglobo.com.br](mailto:bernardo.mello@infoglobo.com.br)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Economistas projetam taxa de desemprego de 11% no ano

*Alessandra Saraiva Do Rio*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187173](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187173)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187173](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187173)



# Preço médio de bilhete aéreo dá um salto de 19%

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187173?page=36&section=7](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187173?page=36&section=7)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187173?page=36&section=7](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187173?page=36&section=7)

# Campos reforça plano de encerrar ciclo de alta da Selic em maio

*Larissa Garcia, Estevão Tair e Alex Ribeiro De Brasília e São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187173](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187173)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187173](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187173)